

Campus

Jornal-Laboratório do
Departamento de Comunicação da UnBnº 93,
2ª quinzena de maio de 86

MARCELO FEIJÓ



A Asa Branca que não deu certo

ALTO PARAÍSO

Dizem que Ary Valadão Filho, um homem debaixo de um santo, jurou construir uma cidade e morreu. Mas dizem que ainda é

vivente no coração do povo da terra que dele nasceu. O homem da estátua é ele: Ary Valadão Filho. Grande incentivador do projeto de reurbanização de Alto Paraíso, Valadão acabou morrendo antes de ver concretizado o seu plano. A cidade, sem seu santo protetor, ficou abandonada, assim como uma Asa Branca sem seu Roque Santeiro. Outras semelhanças? A cidade é mística. Para lá migram observadores de discos voadores, membros de seitas religiosas e outros cidadãos de um mundo mais exotérico. Nas páginas 6 e 7 do **Campus**, um pouco mais dessa Asa Branca à qual não se deu ao menos o direito de ser cenário de uma novela de televisão.

Planalto abre sucursal da DAA

Por interferência direta do Palácio do Planalto — o Consultor Geral da República, sem ouvir o MEC, deu nova interpretação à Lei 7.037, que regula as admissões por transferência — dois alunos, por coincidência filhos de militares, foram admitidos sem vestibular, na UnB. O Conselho de Ensino e Pesquisa, contrariado, acatou o parecer da Nova República. Mas o problema persiste: quando virá a tão esperada autonomia universitária? (Página 3)

Quem é gigolô?

CID QUEIROZ

Por insistência do professor e decano de Extensão Volnei Garrafa, vamos falar em movimento estudantil. Insistente porque ele parece mais preocupado em reorganizar os antigos CA's e DCE que os próprios estudantes. Utilizando-se do canal que possui, o professor Garrafa tenta não dar espaço para aqueles que não se enquadram na condição formal de representantes dos estudantes. Talvez ele não saiba, mas durante um tempo esta condição passou a ser uma coisa negativa, quando os estudantes preferiram se auto-representar. Outro dia o reitor alegou que não teria tempo para atender oito mil estudantes. Ora meu caro Cristóvam, agora a UnB tem alunos? Será também que tem funcionários? Ou será que a eles não é reservado o direito de parar a universidade? Com relação a movimento político dentro da UnB, nós estudantes somos mais experientes que os professores, que por sua vez estão bem à frente dos funcionários.

O movimento estudantil faliu porque nossos representantes não resistiram aos vícios proporcionados pelos "CANAIS" — o que, agora, para os professores pode representar um decanato ou a chefia de um departamento, para nós era o controle nas reuniões, nos Conselhos, nos Congressos e, o mais importante, o controle das informações. Ficamos muito felizes nas duas últimas eleições para o DCE (83 e 84), quando não foi alcançado o quórum mínimo. Foi consciente. Quando um grupo assumia a direção de uma entidade estudantil, tomava para si o poder decisório, definia prioridades. Então hoje é muito fácil prever que, para quem todos os estudantes da UnB são "filhinhos de papai" e os roqueiros um bando de reacionários (impressionante!), as prioridades vão diferir. Na época do movimento estudantil, os militantes, um deles eu, costumavam se considerar a vanguarda e achavam todo o resto alienado. Esta é a mesma sensação que vocês da reitoria devem estar sentindo. Quanto ao nosso colega gigolô, como se referiu o Decano no último Campus, ele integrou o tão reverenciado passado do movimento estudantil. Por este equívoco foi preso na invasão da UnB em 77 (30 dias na PF), enquadrado na LSN, atrasou o curso e finalmente jubilado em fins de 79. "Babaca" e não gigolô. Porque os gigolôs não são aqueles que fizeram a história da universidade (lembra quem organizou o debate entre os reitoráveis?). Gigolô é quem usa e prostitui a universidade... estes realmente têm ficado e prevalecido. Pela desobediência à lista de chamada!

Por ocasião da discussão do projeto do Circo da UnB, levantou-se a questão de um bar dentro do campus. Na época defendi que o bar deveria ser administrado pelos estudantes usando dois argumentos: em primeiro lugar como forma de obtenção de recursos e autonomia financeira para os projetos do corpo discente; em segundo lugar porque o bar se configura em um verdadeiro espaço político e de polarização de idéias. Junto a estes dois argumentos a necessidade de se ocupar a UnB à noite, articulando as programações já existentes (cinemateca e cometa cenas) com outras a serem desenvolvidas no bar (Cid Queiroz)

Sinais trocados

Semana passada, houve um choque entre um trem da RFFSA e um ônibus urbano, no Rio de Janeiro. Entre mortos e feridos, muitos presenciaram cenas chocantes, como a de três corpos que foram lançados para dentro de uma casa, que ficava a 50 metros do local. Dois corpos caíram no quintal, mas o terceiro foi parar no armário do quarto de uma menina de 11 anos que estava dormindo na hora. Com o estrondo, ela acordou e viu o homem pedindo socorro, em agonia. Traumatizada, ela não conseguiu fazer nada até a mãe chegar. Segundo a perícia, o acidente foi causado pela falta de sinalização. Dois dias depois, o Detran lançou uma campanha nacional, pedindo aos motoristas para esperar, nos sinais, pela passagem dos trens. «VALE A PENA PERDER UNS MINUTOS DE ESPERA, DO QUE PERDER TODA A VIDA», é o slogan da propaganda. Resta saber se os sinais estarão funcionando... (Sandra Machado)

cartas

A polêmica droga

O absolutismo, a verdade fechada, e o estigma dos setários. Estes não devem se dizer de esquerda ou direita e sim assumirem sua real posição de totalitários. A história nos conta que em época de eleições constituintes a liberalidade é o grande jargão. De concreto so a (não) promissora discussão visto que, fazer, pode implicar em perda de popularidade entre os gregos ou os troianos.

Ser democrata está ligado ao fundamento da pluralidade. A democracia não pressupõe que uma forma de Governo seja única, eterna e imutável. Ao contrário, dá espaços para que existam as várias correntes de pensamento onde sobressair-se-á como dominante aquela que conquistar sem coação a maioria. Um democrata deve viver de acordo com tal premissa. A maquiavelidade pode ser justificada, mas não esqueçamos que vem corroborar e propiciar outras.

O poder fascina e perverte. A democracia não se faz somente através dos líderes ditos democráticos. Costumo dizer que para tal é fundamental três coisas: Informação, Instrução e Liberdade. Com estas teremos condições de conhecer, analisar e atuar diante das diversas situações. Sem dúvida também é necessário fidelidade das lideranças com as classes. O equilíbrio deve ser resultante do somatório de forças atuantes, que por sua própria condição de existência, deve levar em consideração todo o espaço à sua volta. Contudo, a instrumentalização de uma estrutura objetivando outra, pode ser válida desde que venha a ser feita de modo que se some vantagens; o que aliás gerará a própria credibilidade do processo.

A Universidade, centro de discussão, deve ter espaço reservado para a ruptura das tradições, dos costumes, enfim para comportar estruturas vanguardistas em seu

seio. É notável nos últimos tempos uma nitida queda desse espaço. A Universidade tem-se fundido às escolas de primeiro e segundo graus onde os alunos são educados de forma padrão e a discussão deve ser feita sim, mas de forma a que todos alunos entendam e acatem as corretas posturas dos mestres e não assumam «Leviandades». Chego até entender que dessa forma há maior facilidade de controle, organização e programação da vida acadêmica, pena que os Deuses nos criaram tão rebeldes, tão avidos por mudanças, tão não homogêneos e cada vez mais sofisticados.

Tenho tido uma certa dificuldade em concordar com ideias «Progressistas» que rezam sobre a «Imagem» de uma universidade, tipo: «A sociedade brasileira é católica, conservadora e religiosa (...). De repente chegam esses grupos, para mim com nitidos compromissos com os setores mais reacionários da UnB, querendo discutir a maconha com o claro objetivo de colocar o reitor desguarnecido com a comunidade que não apoia este tipo de discussão» (palavra do decano Volnei Garrafa em entrevista ao Campus, nº 92).

Tal afirmação denota uma interpretação errônea que confunde o papel de uma universidade com a imagem do reitor e ainda traz inverdades. Para termos claro os acontecimentos, é notório que a discussão sobre a maconha interessa à nossa comunidade, pelo menos a dos jovens e que, quando nos foi pedido um compromisso (ou um aval, ou consulta, ou...) de centros acadêmicos, este deliberou que esta instância apóia todo e qualquer tipo de debate a ser realizado na universidade e para tal ficou acertada a confecção de notas esclarecendo ser desnecessário este tipo de consulta para tais eventos. Quanto à imagem de nosso reitor, Cristóvam Buarque, este mesmo, segundo matéria do Correio Braziliense de 27/03/86 cujo título «Cristóvam defende a discussão sobre a

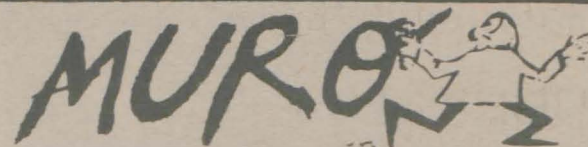
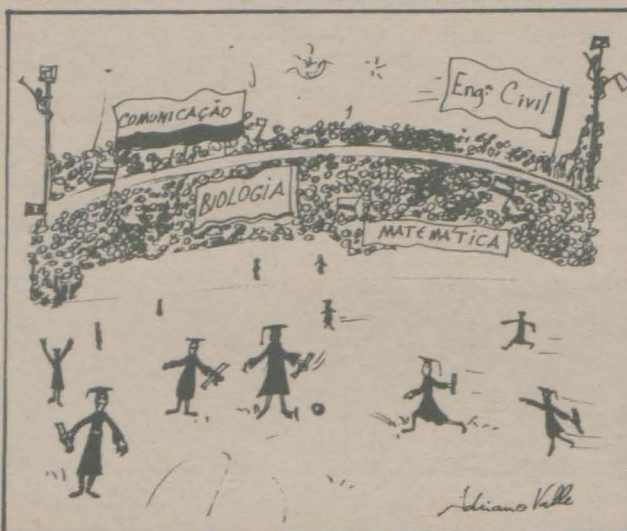
maconha» afirma que: «O seminário programado para a próxima semana sobre Constituinte e as questões marginais na qual a maconha voltaria a ser tema de debate dentro do campus conta com a aprovação da reitoria», e mais embaixo diz que ele próprio estava pensando, aproveitando a divulgação do caso, de organizar pela reitoria um novo debate sobre drogas.

A crítica que fizemos em público à reitoria se deu em função de sabermos de fatos tais quais, o nosso projeto ao ser relatado para a Câmara de Extensão ter sido colocado como sem apoio do conselho de CAs, ou ainda não ter recebido o devido tratamento em sendo o único projeto levado por estudantes a nível de constituinte.

Cabe ainda esclarecer ao chefe de gabinete Ivônio Barros que se ele tivesse lido o nosso projeto, entenderia que o 1º tema a ser discutido dentro do seminário «A constituinte e as questões marginais» seria o da maconha, e nos cartazes havia o nome do seminário. Quanto a saída dos nomes dos promotores do evento, saiba que tomei conhecimento dos dizeres dos cartazes quando estes já estavam prontos. E ainda observei que esses não deveriam ter saído. Minha preocupação realmente tinha fundamento visto que a saída dos nomes possibilitou afirmações falsas como: «No momento em que essa atividade começou a tomar uma amplitude maior, uma dessas pessoas disse que era candidato à presidência do DCE. Se nós formos pensar com bom-senso, eu posso estar usando o dinheiro da Universidade para financiar uma campanha para o DCE e eu acho que isso não é correto» (palavras do chefe de Gabinete, Ivônio Barros, ao Campus nº 92).

Por fim, é prática do poder a rotulação. Antes, a ideia que fosse contrária a dos governantes era taxada de comunista, nos dias de hoje de «Sabotadora do pacote» ou na universidade de Reacionária. HIRCK!

JOÃO NELSON



Sempre cabe mais um

A UnB volta a insistir na formatura conjunta. Apertos, confusões e ajuntamentos exagerados de pessoas à parte, já foi escolhido inclusive o paraninfo geral da turma. Será o professor Paulo Freire. Se ele não aceitar, a escolha recai no ministro da Cultura Celso Furtado. Os dois nomes foram escolhidos por aclamação numa reunião da Comissão de 30 representantes dos formandos. Esse ano, a formatura terá ainda uma novidade: após a colação de grau, haverá uma reunião social, onde os alunos comemorarão o seu desligamento da Universidade. Ainda não foi escolhido o lugar dessa festinha, mas dado o número de formandos, acredita-se no aluguel do Mané Garrincha para o evento (Rudolfo Lago)

Campus

Jornal-Laboratório do Departamento de Comunicação da UnB
Professores Responsáveis: Helio Doyle, José Salomão David Amorim, Murilo Cesar Ramos, Maria Rita Leal (arte), Luiz Humberto Martins Pereira e Maria Luiza Venturini (fotografia)
Editor Geral: Rudolfo Lago
Secretário de Redação: Nevinho Alarcão
Chefe de Reportagem: Heloisa Helena

Editores: Marluce Paulista Brauna, Andréa Chagas Cerqueira, Adélia Barroso Fernandes, Heloisa Helena Fernandes, Cláutenis Delene, Fábio Henrique C. Guimarães, Rudolfo Lago, Shirlene Costa, Marta Faria Andrade, Fabricio Marques, Ivan Brscan, Ana Paula Macedo Souza, Nara Ferreira, Vinicius Doria, Suarez Libaino Martins, Maria Lucia Sigmaringa Seixas, Amneres Pereira, Alessandro Galvão, Cid Queiroz, Nevinho Alarcão, Maria Aparecida de Oliveira, Maria Cacilda Benevides, Sandra Machado, João Batista Paganine, Denise Rottemburg de Sa.
Reportagem: Fernando de Freitas, Greice

Angelotti Neves, Cláudio Marcelo Tourinho, Guilherme Solino Evelin, Paulo Alberto Fortes, Lilian Fonseca, Ana Teresa Serpa, João Anderson de Jesus, Cláudia Moemá, Sabrina Costa, Jorge Maya, Ana Paula Padrão, Kátia Turra, Renato Afonso.
Diagramação: Chico Amaral.
Fotografia: Margareth Vitória e Nathália Kneipp
Laboratorista: Jeová Xangô
Ilustrações: João Batista Paganine, Humberto Junqueira, Adriano Valle, Pedro Henrique.
Secretaria: Dalila Maia de Oliveira

A questão da autonomia universitária volta à tona. Desta vez, no entanto, com muito mais força. A UnB continua sendo vítima de pressões ilegítimas, dignas de um governo autoritário, e não de um que se julga democrático. Enquanto milhares de jovens de Brasília brigam por uma vaga no vestibular, estudantes entram na universidade protegidos pelo cacife de seus pais militares.

ANA PAULA MACEDO E
NARA FERREIRA

Entar na UnB por intermédio do vestibular é um mérito que apenas 840 estudantes conseguem, em cada semestre. Enquanto os cursinhos de Brasília faturam, e milhares de jovens sofrem na expectativa de entrar ou não na universidade, há aqueles que merecida ou injustamente conseguem uma vaga por baixo dos panos. Da mesma maneira que a UnB tem a fama de ser uma universidade onde o vestibular é um dos mais concorridos do País, ela também é considerada uma entidade na qual os "filhinhos de papai" têm seus lugares garantidos.

Essa imagem se solidificou na última administração quando, por exemplo, nos anos de

82, 83 e 84 foram transferidos 587, 722 e 627 alunos, respectivamente. E exatamente esse número absurdo de transferências, muitas vezes ilegítimas, que a atual administração da universidade está tentando combater, neste semestre, até o momento foram deferidas 185. "Não queremos acabar com a transferência, mas moralizar o processo. Primeiramente pedimos um parecer da Assessoria Jurídica da UnB e em cima disso tomamos as decisões. Os processos entram na Diretoria de Assuntos Acadêmicos — na DAA, são enviados para a Congregação de Carreira, e de lá vêm para o Decanato. Todos os pedidos são examinados com cuidado, em detalhe, e, agora, os nomes das pessoas transferidas serão publicados no Boletim da UnB", garante a decano de Graduação, Paulina Targino.

Na antiga administração, as transferências obrigatórias eram feitas automaticamente pelo DAA. "A maioria das transferências daqui eram feitas assim: o pai já morava em Brasília, o filho não conseguia passar no vestibular da UnB, fazia fora e ele usava o recurso da transferência obrigatória para colocar o estudante aqui. Passamos a obedecer a lei estritamente, com o apoio da nossa assessoria jurídica", declara Paulina. O maior prejudicado, no caso, é a comunidade de Brasília e a comunidade em si, já que fica impossível aumentar mais o número de vagas na UnB, e o ensino obviamente, cai de nível. No entanto, a decano de Graduação afirma que até janeiro de 87 espera aumentar 60 vagas no vestibular, mas isso só será possível se

Militares forçam a barra na UnB

as transferências forem efetivadas de acordo com a legislação.

A Lei nº 7037, de outubro de 1982, permite a transferência obrigatória, em qualquer época do ano, independente da existência de vaga, de servidores públicos federais, das Forças Armadas ou de seus dependentes quando for comprovada a remoção ou transferência de ofício que acarrete na mudança para Brasília. Além disso, é necessário que a pessoa a ser transferida para a universidade já esteja cursando nível superior na época da sua mudança, ou de seus pais, para a cidade.

Neste semestre, foram indeferidos dois casos em razão do cumprimento dessa lei. Um deles foi comprovadamente uma montagem para que um estudante de Vassouras, que declarava ser funcionário da Câmara dos Deputados, se transferisse para a UnB. Seu pedido foi examinado pela Congregação de Carreira e negado. "Isso só pôde ser feito porque a decisão foi tomada por um colegiado. Um caso desse tipo, se tivesse sido julgado na DAA, automaticamente teria sido deferido, porque do ponto de vista legal, ele era um funcionário, e estava sendo transferido. Mas, nas entrelinhas do processo notou-se a tentativa de burlar a legislação", constata a decano.

No segundo caso, apesar do indeferimento, o Conselho de Ensino e Pesquisa foi obrigado a aceitar a transferência. Provavelmente porque a estudante em questão, Gisele Silveira Melo, tem "as costas mais largas". Seu pai, capitão-de-mar-e-guerra, foi transferido, em junho do ano passado, do Rio de Janeiro para o Estado Maior das Forças Armadas, em Brasília. Na ocasião, Gisele ainda não era universitária. No início deste ano, ela entrou para o curso de Proce-

samento de Dados, da Faculdade de Administração da Guanabara. Tão logo foi aprovada, a estudante solicitou transferência para a UnB. Seu processo foi estudado e indeferido, com o parecer final dado pela Assessoria Jurídica da UnB em cinco de março.

O pai da estudante levou o caso ao ministro-chefe do EMFA, que solicitou a interpretação da Lei ao consultor geral da República que, por sua vez, sem sequer ouvir o Ministério da Educação, enviou à UnB um parecer, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de abril. Segundo a decano Paulina, essa nova interpretação permite que, independente da época de mudança para Brasília, a transferência deve ser efetivada. "Por exemplo, se a mudança para a cidade ocorreu em 1970, o estudante termina o segundo grau aqui e vai prestar vestibular fora, ele tem o direito à transferência obrigatória. Essa interpretação é absurda! Foi dada de maneira casuística, por conta de um caso de transferência que nós havíamos indeferido", afirma Paulina.

Esse novo parecer levou Gisele Melo a entrar com recurso, para a aprovação de seu processo, no Conselho de Ensino e Pesquisa. Há também o caso do estudante Wether Laranjeira Lima Júnior que conseguiu transferência do Rio de Janeiro para o curso de Medicina da UnB, graças à interferência do EMFA. A Decano de Graduação já entrou em contato com alguns CAS, pretende falar com a ATA-FUB, e ADUnB, bem como com autoridades de Brasília para discutir essa questão. E acrescenta: "Se esse parecer persistir, voltaremos à época da administração anterior. A comunidade tem que se posicionar para que isso seja revogado. Caso contrário, a UnB será a Universidade dos Transferidos, e a comunidade de Brasília terá que partir para o ensino pago".

De balões a temas globais, UNE volta às diretas

NARA FERREIRA E
ANA PAULA MACEDO

A União Nacional dos Estudantes volta a ter sua diretoria escolhida por eleição direta. Essa decisão foi aprovada no último congresso da entidade, realizado mês passado em Goiânia. Os estudantes têm pouco tempo para escolher a quem dar apoio, pois a votação foi marcada para os dias quatro e cinco de junho. Até lá, as quatro chapas que estão inscritas e mobilizadas irão tentar mostrar os seus programas e o que pretendem fazer para ativar o movimento estudantil brasileiro. Desta maneira, nos próximos dias, os alunos da UnB, como os de todas as universidades do país, passarão por uma experiência não vivida desde 1980, quando houve a última eleição direta. As chapas concorrentes são: "Pra Arrebetar a Boca do Balão", "Pra Mudar essa Mare", "UNE Livre" e "Tem que Dar Certo".

O Campus tentou falar com um representante de cada uma dessas chapas aqui na UnB. Infelizmente, não foi possível contatar ninguém da chapa "Tem que Dar Certo", considerada a que mais se aproxima do governo da Nova República, com maioria dos seus integrantes ligados ao PTB e PFL.



As Chapas

O representante da "Pra Arrebetar a Boca do Balão" no Distrito Federal, Mauro Pereira Porto, estudante de Comunicação na UnB, diz que a criação dessa chapa surgiu a partir da ideia de que a UNE é hoje uma entidade afastada dos estudantes. "Apesar de ter sido legalizada, a UNE não tem representatividade. A proposta da nossa chapa é justamente reverter essa situação, lutando no sentido de aproximar essa entidade dos estudantes. Queremos que a UNE não priorize as questões partidárias, mas que seja uma entidade suprapartidária cujo objetivo principal é levar adiante a luta dos estudantes", afirma Mauro.

Criticando a antiga diretoria da UNE pelo total imobilismo, quanto à Nova República, o representante da "Pra Arrebetar a Boca do Balão" acrescenta que esta chapa é ampla no que diz respeito a partidos políticos, pois nela existem estudantes do PMDB, PCB, MR-8, PSB e PDT. Quem está concorrendo à presidência é o estudante da UFPR, Ari Decker, que

é presidente da União Paranaense dos Estudantes. Segundo Mauro Porto, sua chapa já conta com o apoio de três Uniões Estaduais de Estudantes: Goiás, São Paulo e Paraná.

O estudante de Sociologia da UnB, Solimar Lacerda Cunha, que apoia a "Pra Sair Dessa Mare", afirma que esta chapa propõe "mobilizar os estudantes em cima dos problemas concretos enfrentados hoje — ser oposição à Nova República e à atual diretoria da UNE, que é condizente com o atual governo". Segundo Solimar, dentro desta chapa, existem pessoas ligadas basicamente ao PT e PDT. E acrescenta que eleição direta para a UNE não é a solução "mágica" para o movimento estudantil mas abre a perspectiva de uma discussão a nível nacional sobre o papel da entidade.

O candidato à presidência pela chapa, Jefferson Calça, da Faculdade Federal de Pernambuco, esteve na UnB para um debate que, apesar de ter sido pouco divulgado, teve a presença de aproximadamente 75 estudantes.

Na ocasião, Jefferson expôs o programa da chapa, que inclui eventos estudantis e festival da juventude, entre outras coisas. Solimar acredita que as pessoas que foram ao debate saíram com uma boa impressão da chapa. "Nos próximos dias tentaremos organizar o máximo de debates e divulgar o nosso programa", declara.

Concorrendo à Secretaria de Humanas pela "UNE Livre", está a estudante de Letras da UnB, Angela Soares. Para ela, o nome da chapa é muito significativo, pois se refere à "UNE Livre, que luta pela liberdade, pela constituinte livre e soberana, pela reforma agrária, enfim, um Brasil progressista". Segundo Angela, a chapa está aberta a todos os estudantes. "Não somos nós que vamos tolher a participação de qualquer pessoa que tenha vinculação partidária. Nossa chapa tem pessoas ligadas ao PC do B, PSB, ao lado mais progressistas do PMDB e alguns grupos independentes".

A estudante afirma que o objetivo da chapa, que tem como presidente Gisela Mendonça, da UFMG, não é defender a antiga diretoria da UNE, mas investigar a reforma universitária, na mudança do ensino superior. "Fomos acusados de estar atrelados à Nova República, mas nosso movimento é independente do atual governo ou de qualquer outro", ressalta Angela. Ela acredita que as eleições diretas para a UNE são tão democráticas quanto as realizadas no congresso, e não vão, por si só, resolver o problema do movimento estudantil. "O importante é o fortalecimento das entidades de base, a participação dos Centros Acadêmicos e do DCE".

O esquema de eleição para a UNE no Distrito Federal, de acordo com Angela, será semelhante ao que elegeu Cristovam Buarque para reitor, no ano passado. As apurações serão realizadas no ginásio do CO. As urnas de todas as faculdades do DF serão recolhidas e levadas, à noite, para uma sala fechada, sob constante vigilância. O local onde as urnas serão depositadas será determinado pelo Conselho de CAs.

NATHALIA KNEIP



Funcionários querem que a UnB tenha autonomia para negociar com eles

Plano do MEC não satisfaz ATA-FUB

CACILDA BENEVIDES

Os funcionários da UnB paralisaram os trabalhos nos dias 6 e 7 de maio. Alguns departamentos, como o de Administração, suspenderam suas atividades porque os funcionários levaram as chaves. Outros, ainda que precariamente, continuaram funcionando graças à boa vontade dos professores. Aconteceram até casos de professores que foram buscar as chaves de salas de aula na casa de outros professores, para continuar em atividade. Mas o que aconteceu? Nestes dois dias em que a Biblioteca, a Reitoria e todas as secretarias estiveram paradas, os funcionários fizeram um balanço das perdas ocorridas com o novo Plano de Cargos e Salários do Ministério da Educação, que vigora retroativamente, desde 10 de janeiro deste ano.

Pelo novo Plano, os funcionários perderam por exemplo, a promoção automática de dois em dois anos. De acordo com o Plano do MEC, a promoção passa a ser feita de quatro em quatro anos. Perderam também a estabilidade funcional e, no caso dos zeladores de edifício (cargo existente no Plano anterior), por causa do baixo teto salarial, passa agora a constar em carteira o cargo de Auxiliar Administrativo. Única forma encontrada para enquadrá-los no Plano.

Além destas e das questões salariais, nos dois dias de paralisação constaram das discussões a Reforma Universitária e a briga pela autonomia universitária. No caso da Reforma, os integrantes da ATA-FUB (Associação dos Servidores Técnico-

Administrativos da Fundação Universidade de Brasília), querem influir na mudança dos estatutos e do regimento e reivindicam a participação nos órgãos colegiados. Os colegiados são formados atualmente por professores e estudantes, mas os votos não são paritários.

Já a briga pela autonomia da Universidade se dá justamente no momento em que a ATA-FUB não pode discutir o problema do seu Plano de Cargos com a própria Administração. Segundo Rosalvo Pereira, Presidente da Associação, "todos os recursos estão concentrados nas mãos do MEC e a decisão é unicamente do Ministério. A gente precisa negociar com o MEC porque, de repente, ele é o patrão da Universidade". Rosalvo acredita que se a Universidade tivesse autonomia para negociar, tudo ficaria mais fácil. Afinal, a UnB nada faria para modificar um Plano que era adotado por ela. A isonomia salarial acaba sendo a bandeira maior do movimento e se neste semestre não existe possibilidade de greve, não será surpresa se no próximo for deflagrada uma greve geral dos funcionários. Eles se reuniram dias 10 e 11 de abril, em Uberlândia e foi levantada a preparação de uma greve geral. A FASUBRA (Federação das Associações dos Servidores da Universidade Brasileira) tem seu próprio Plano de Cargos e Salários, que atende inclusive, o problema da isonomia. E quer vê-lo implantado.

Rosalvo admite que a greve neste semestre é impossível, mas garante que a mobilização está sendo feita e que a greve deverá sair, caso o MEC não se disponha a abrir um pouco mais o leque de negociações.

Tradição/contradição

"Quando a atividade é interessante, o pessoal comparece". É assim que o decano de Extensão da UnB, professor Volnei Garrafa, explica o sucesso do curso Tradição e Contradição, promovido em conjunto com a Funarte. Coordenado na UnB pela professora Lais Aderne, do Departamento de Desenho, o curso é constituído por 17 palestras, ministradas por pessoas de reconhecida importância no cenário intelectual brasileiro, entre as quais a socióloga Marilena Chauí, o maestro Júlio Medaglia e o poeta Affonso Romano de Sant'anna.

Programado para ser ministrado no auditório da Faculdade de Tecnologia, o curso teve de ser transferido para o anfiteatro nove, no minhocão, em virtude do grande número de inscrições. Garrafa diz que não se sente surpreendido mas sim gratificado com a inesperada repercussão do curso junto ao público.

Chamou a atenção, durante as palestras, a heterogeneidade da plateia. Garrafa comenta que durante o curso reconheceu diplomatas, artistas, donas-de-casa e estudantes das mais diversas áreas: Agronomia, Biologia, Matemática, Artes. Todas essas pessoas se reuniram para participar de um curso que trata especificamente de cultura.

Garrafa comenta que a Editora da UnB está preparando uma co-edição com a Editora Zahar com textos preparados pelos autores das palestras. Embora as inscrições para o curso estejam encerradas, nada impede que as pessoas interessadas compareçam às palestras

João Paganini

Associação dos Pós-Graduados tenta sobreviver

VINICIUS DORIA

A Associação dos Pós-Graduados da UnB surgiu da necessidade de se resolver, através da união de forças, problemas que afetam os cursos de mestrado e doutorado da UnB, assim como discutir e questionar a própria estrutura universitária. Há pouco mais de um ano, uma comissão foi formada. Era o início de uma briga que dura até hoje. Depois, em assembleia, uma diretoria foi eleita no início do 2º semestre de 85, com mandato de seis meses. O prazo expirou em dezembro e até hoje ainda não se conseguiu realizar novas eleições. Não houve interesse para se formar novas chapas, apesar das assembleias terem decidido que a Associação deve continuar.

Quem explica isso são os alunos da Pós-Graduação de Economia José Américo e José Luis. Para eles, a existência de uma associação que congregue e represente a Pós-Graduação da UnB é fundamental a ponto de existir uma associação a nível nacional que deverá ser legalizada no próximo congresso da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) a ser realizado em Curitiba no mês de julho.

Segundo eles, a associação surgiu diante do problema do atraso nas bolsas de estudo dadas pela Universidade aos alunos pós-graduandos. Além disso, não se tinha uma associação que pudesse pressionar os órgãos do governo voltados para políticas na área da pesquisa, como o CAPES e o CNPq. José Américo disse que ficou surpreso com uma declaração de um presidente do CNPq que disse que é preciso viver o ensino pensando no futuro. Segundo Américo, após achar que o Brasil está produzindo elite, não se preocupando com questões primárias. "No Brasil, a fome é deixada para o futuro", conclui.

Cursos não participam

Apesar da Associação já ter conseguido vitórias importantes, como a participação com direito a voz e voto em alguns Conselhos da UnB, como o CPP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação) e o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão), ampliando a participação da comunidade acadêmica nas decisões da Reitoria, esta corre o risco de desaparecer. O aluno José Luis acha que se não houver interesse por parte de todos os alunos de Pós-Graduação em manter a Associação, esta poderá desaparecer porque "ninguém dentre estas pessoas que estão aqui carregando o piano ficará para sempre na Universidade". Ele apela para que alunos de outros cursos se interessem e participem da Associação, ainda mais que agora os pós-graduandos brigam pela aprovação do projeto do Deputado João Faustino (RN) que equipara as bolsas de estudo ao salário mínimo, além de dar assistência social aos pós-graduandos. E pede para que o Campus registre o apelo que fazem a toda comunidade da Pós-Graduação para que não deixem morrer um espaço já conquistado e que muito pode dar para a melhoria do nível de ensino da UnB.

Crianças reclamam um espaço na UnB

CID QUEIROZ

O único espaço que a UnB dedica à criança dentro do campus é o Programa Infante-Juvenil (PIJ), que atende aos filhos de professores e funcionários sócios da ASFUB (Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília). O Programa é uma boa opção para os pais, que podem contar com um lugar seguro para seus filhos, perto do local de trabalho e onde são oferecidas atividades que complementam a educação formal. Em lugar do judô ou da aula de "ballet", a criança desfruta de uma escola aberta, com um currículo totalmente integrado. A programação variada possibilita o atendimento às diferenças individuais. A Creche da UnB é um outro programa que se deseja implantar. Ao contrário do PIJ, que pleiteia, através dos resultados alcançados, sua incorporação à estrutura da Universidade, a Creche é uma obrigação legal.

O PIJ e a creche são projetos que foram encaminhados à reitoria para serem encampados pela UnB. Beneficiariam não só os pais dos servidores e alunos, mas também a própria universidade. Do ponto de vista social, estes programas proporcionam aos pais, funcionários e estudantes, tranquilidade e tempo para que possam desenvolver seus respectivos trabalhos. No aspecto econômico, funcionam como uma espécie de salário indireto. No lado acadêmico, a universidade conta com um campo para a prática de estágios e pesquisa em quase todas as áreas do conhecimento; atualmente, no PIJ, que funciona através da Música, estudantes de Educação Física, Educação Artística, Música e Odontologia têm experiências curriculares muito interessantes. A UnB já teve a melhor escola de 2º grau da cidade, que funcionava ali onde hoje é o ambulatório da Asa Norte, ao lado do Hospital Presidente Médici.

A creche

A professora Fátima Guerra, da Faculdade de Educação, coordena a Comissão de Creche. Ela diz que, apesar dos dois programas serem complementares, (creche de 0 a 3 anos e PIJ de 4 a 12) as pessoas estão envolvidas entre si, mas os projetos não. De qualquer forma, ela espera organização das pessoas que lutam pela aprovação dos projetos e maior

divulgação para envolver mais pessoas.

Fátima Guerra, que é chefe do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação, explica que os primeiros anos são decisivos na vida da criança: "Quando chega na escola, ela já está com sua personalidade praticamente formada". E muito importante, frisa, estimular a criança a acreditar em si própria, a desenvolver suas próprias saídas: "Nossa preocupação é pela auto-avaliação da criança, como ela se percebe e como sente suas capacidades; a busca do significado e a descoberta são etapas mais importantes que o próprio aprendizado dos códigos (ler e escrever)". Nem a Creche, nem tampouco a Programa Infante-Juvenil, funcionarão como depósito de crianças. Fátima mostra a intenção de se desenvolver a perspectiva de identidade da criança, trabalhar na construção do "eu" desses pequenos futuros cidadãos.

O PIJ

"Há crianças que desde muito pequenas são curiosas, ativas interessadas a todo custo em satisfazer seus interesses. Estas chegam aqui virando tudo às avessas e com mil recomendações dos pais. Outras são quietinhas, doces, treinandinhas para serem do jeito que o adulto gosta — criança que não dá trabalho". Para Clemira Souza, coordenadora do Programa Infante-Juvenil, a criança tem mais é que colocar à prova o seu potencial. Segundo ela, o desenvolvimento neurológico ocorre 70% nos primeiros anos de vida: "Então por que não deixar a criança desenvolver suas habilidades na época certa? A escola tradicional não é realmente o espaço para a criança se soltar". O PIJ funciona durante a semana com cerca de 150 crianças, que têm aula de natação, vôlei, ginástica, música e artes, têm também passeios ecológicos e visitas a museus, teatros e outras atrações da cidade. Uma vez por semana elas recebem a visita de estudantes de Odontologia, com apresentação de slides, educação, prevenção e tratamento dentário. As crianças sobem em árvores, correm, pulam, brincam e criam. No último dia 25 de março, elas apresentaram suas criações na I Mostra das Atividades do Programa Infante-Juvenil, quando invadiram o hall principal da Biblioteca Central da UnB, trazendo alegria e muita descontração.



As crianças, assistidas por monitores e estagiários, aproveitam os espaços abertos da UnB, quase sempre inutilizados

DÍVIDA EXTERNA

O dragão que ainda não foi congelado

JAIR MENEGUELLI

A unidade latina

O presidente da Central Unica dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, que participou da conferência de Havana sobre a dívida externa, é de opinião que somente o não-pagamento da dívida externa não é suficiente. Ele defende a mudança do modelo econômico e a transformação das relações de troca do mercado internacional e explica porque: "Se nós hoje tomássemos a decisão de não pagar a dívida, é possível que, daqui há dez anos, estivéssemos novamente com o mesmo montante de dívida externa que temos no ano de 86".

Segundo Meneguelli é necessária a unidade latino-americana pelo não-pagamento da dívida, já que "pode até acontecer um boicote a uma Cuba, que é uma ilha ou um boicote individual a um país de pequena proporção, como o Uruguai, mas o que não pode acontecer em hipótese nenhuma é um boicote dos países industrializados à totalidade da América Latina, porque é de onde estes países tiram sua sobrevivência".

LULA

Por um plebiscito

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Ignácio da Silva, o Lula, acha que, para se discutir a dívida externa deve-se levar em consideração o seu peso na qualidade de vida do trabalhador e sua influência na elaboração de uma nova política social e econômica para os países do Terceiro Mundo. Ele acredita que não se pode sacrificar o povo com os compromissos econômicos de interesse de um número reduzido de pessoas. Segundo Lula, o Brasil, que é o maior devedor do mundo e oitava economia mundial, não pode continuar pagando sua dívida, grande causadora de desemprego e arrochos salariais, impedindo a realização de assistência social e acesso à escola, saúde e transporte, "coisas primárias em todos os países democráticos".

Lula propõe que o pagamento de juros e taxas fixas sejam suspensos e que seja aberto um debate nacional com os trabalhadores para conscientizá-los da dívida: por que ela foi contraída, como influi na qualidade de vida do brasileiro, revelando quem fez essa dívida, se o governo, as estatais, as multinacionais, as empresas privadas, a União, os Estados ou municípios. Desse debate sairiam as possíveis alternativas, seja a moratória unilateral, um acordo puro e simples ou ainda o não-pagamento. Lula propõe ainda a realização de um plebiscito, onde todos os brasileiros, maiores de 16 anos, em voto secreto, determinassem qual o tratamento mais adequado a ser dado à dívida externa.

De acordo com Lula, a quantia que pagamos hoje, só de juros, é superior ao orçamento para a saúde no ano de 1986, além do que, permitiria



criar salário-desemprego para 15 milhões de pessoas, durante um ano.

A dívida externa tem implicações diretas na elaboração de uma nova ordem econômica para os países do Terceiro Mundo, porque quem deve fica sem autonomia para fazer sua própria política econômica.

Diante dessa realidade, ele chama atenção para uma nova política comercial. Nesse sentido, os países da América do Sul e Central poderiam fazer um intercâmbio mútuo entre si, uma espécie de cartel, onde não houvesse exploração. Para o presidente do PT, isso é plenamente possível, desde que se tenha governantes que representem os reais interesses do povo. Pois, garante ele, enquanto perdurar o sistema financeiro internacional, que determina a política econômica, todos os países pobres continuarão sendo vítimas da especulação externa e interna.

MAURÍCIO CORRÊA

Pela moratória

"A posição que eu defendo é que não é possível o Brasil pagar a dívida externa enquanto persistir a idéia de que exportando para gerar divisas é que nós vamos acabar com este monstro que tomou conta de nós. É preciso declarar a moratória para impedir o pagamento dos serviços aos bancos internacionais e, se necessário, a ruptura completa do pagamento. "Esta opinião é do presidente da OAB/DF, Maurício Corrêa, que acredita que, sem a mudança do modelo econômico atual, o país não poderá sanear suas dívidas interna e externa.

Segundo Maurício, a nação desconhece onde o dinheiro que gerou esta dívida foi aplicado. E

O Brasil possui a maior dívida externa do mundo, cerca de US \$ 104 bilhões. Apesar de não estar pagando o principal da dívida, desde 1982, o país envia ao exterior mais de 1 bilhão de

dólares por mês, cerca de 13 bilhões de dólares por ano.

Isto num quadro social com 20 milhões de crianças abandonadas e 45 milhões de analfabetos e um salário mínimo tão baixo que desrespeita a própria Constituição Brasileira. Em vista desta realidade, diversas

personalidades e entidades representativas da sociedade brasileira vêm questionando a legitimidade da dívida e defendendo o seu não-pagamento. O Campus foi ouvir a opinião de alguns destes expoentes da vanguarda da luta social no país.

ANDRÉA CERQUEIRA
JOÃO ANDERSON
CLAUDIO TOURINHO

cita um exemplo: "Uma subsidiária da Shell abriu, aqui no Brasil, as suas atividades e registrou seu capital bem abaixo do real para, através do registro insignificante de capital, fazer manobras para a entrada de dinheiro que vinha para cá a título de empréstimos, mas que, na verdade, servia para integralizar capital. Depois essa dinheiro voltou para os Estados Unidos em forma de remessa de lucros". Seguramente outras situações como esta devem existir, na opinião de Maurício Corrêa. Afirmar ainda que "se deixássemos de pagar a dívida externa, construiríamos uma casa por minuto no Brasil, uma para cada trabalhador."

GENERAL ANDRADA SERPA:

Dívida ilegítima

Para o general de tradição nacionalista Antônio Carlos de Andrada Serpa, exonerado do Estado-Maior das Forças Armadas em 1981, "os países ricos não tinham condições de emprestar ao Terceiro Mundo os 500 bilhões de dólares que emprestaram, sem que isto tivesse uma repercussão interna seríssima. Esses países, ao emprestarem essa quantia, evidentemente teriam convulsões sociais, porque eles já estavam em crise desde o início da década de 70, e não houve nenhuma convulsão social porque em um dinheiro emitido sem lastro, papel pintado, moeda falsa. É o que faz com que digamos que a dívida não existe."

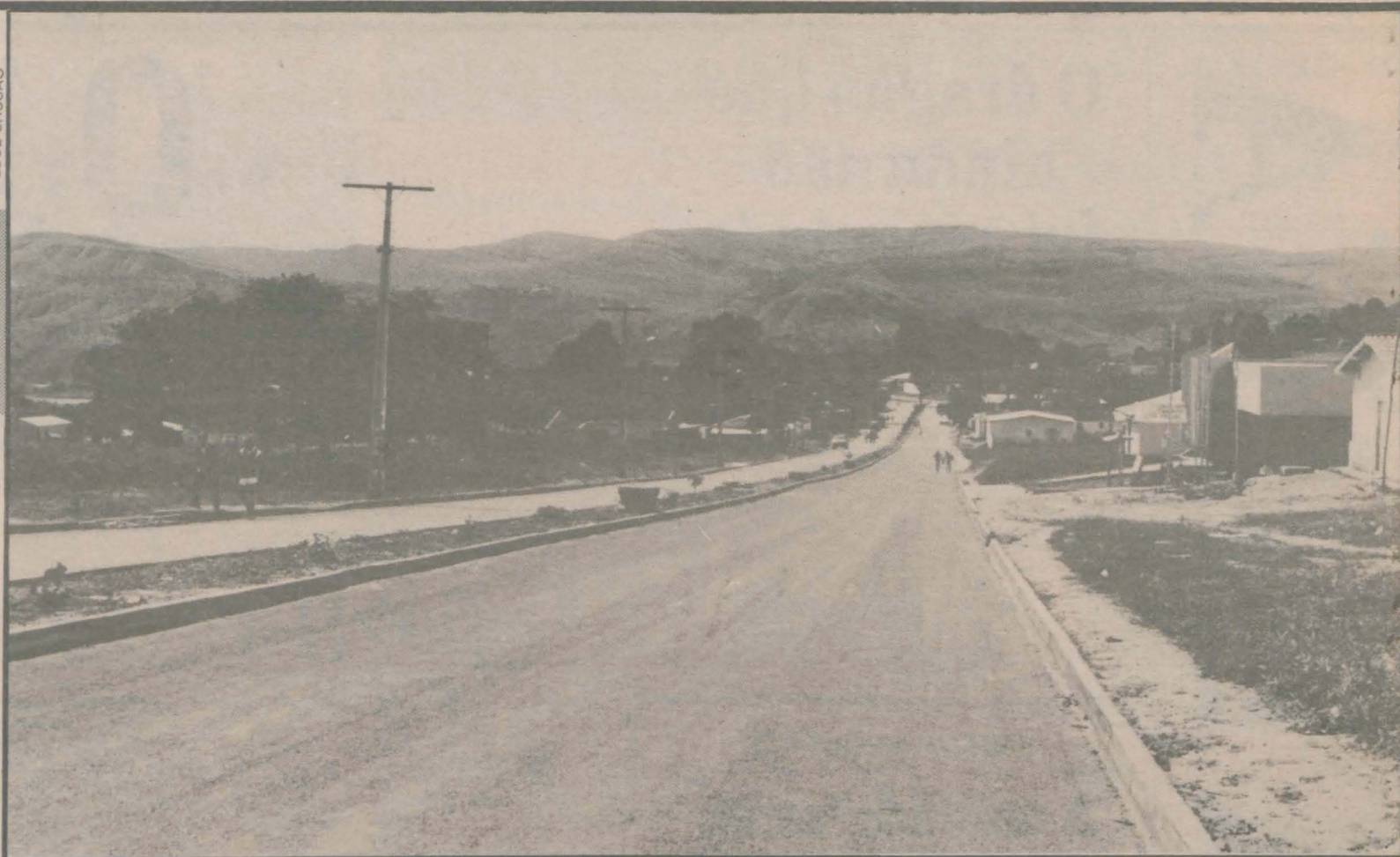
Segundo Serpa, as nações ricas inventaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) para, indiretamente, governar as nações pobres e, dessa maneira, evitar o choque direto do Terceiro Mundo com os Estados Unidos. Afirmar ainda que os banqueiros sabem que a dívida é impagável, mas desejam acorrentar os países pobres através do pagamento de juros que, na sua opinião, "são juros anti-históricos". Serpa defende uma mobilização nacional pelo cancelamento da dívida, "sem temer represálias dos Estados Unidos, porque estes não vão querer um novo Vietnã!"

EVARISTO ARNS.

Dívida já paga

O Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, também é de opinião que a dívida externa é ilegítima e não deve ser paga. "Minha opinião pessoal — eu não sou técnico — mas minha opinião pessoal é que o Brasil já pagou muitas vezes essa dívida, só com os juros extorsivos que foram cobrados. Nós já pagamos muito mais do que devíamos, portanto, agora é uma questão política do Primeiro Mundo entender que eles estão prejudicando a si mesmos. Quanto mais eles cobram de nós, tanto mais inflação ou desemprego eles têm lá na terra deles. Está na hora de negociar isso politicamente e com dignidade, com a dignidade do povo brasileiro".

ELCE CASCAO

ANA PAULA MACEDO
NARA FERREIRA

Viajando pela estrada GO-118, Estado de Goiás, a aproximadamente 240 quilômetros de Brasília, o viajante terá a nítida impressão que chegou em Asa Branca, a cidade

criada por Dias Gomes que fez tanto sucesso na televisão esse ano.

No meio da pista está a estatua de Ari Valadão Filho, filho do ex-governador de Goiás. Ari Valadão, morto num desastre aéreo em 1979, o idealizador do Projeto Alto Paraíso, que trouxe progresso ao local. A estatua, parecida com a do famoso personagem Roque Santeiro, aponta para um vale onde a cidade está localizada.

Alto Paraíso, com não mais de dois mil habitantes, possui algo mais que a diferença de outros municípios goianos. Esse «algo mais» não está necessariamente, no hotel três estrelas e no hospital construído e abandonado pelo último Governo estadual. Nem mesmo na barbearia de dois metros quadrados na avenida principal, ou nos conflitos entre prefeito e oposição, já que isso é um tanto comum no interior. O que faz de Alto Paraíso uma cidade exótica é a mistura de pessoas que nasceram lá e conservam sua mentalidade interiorana, e as que chegam de fora, atraídas pela beleza do local e por uma força ou magia até hoje não explicada.

Entrando na cidade, logo se percebe ser um lugar que, apesar de preservar características de cidade pequena — há crianças, cavalos, bois e cachorros

MARCELO FEIJÓ



Alto Paraíso, segundo alguns de seus habitantes, ainda vai ser uma capital. O ex-governador de Goiás, Ari Valadão, talvez pensasse o mesmo, tanto que escolheu o local para um dos mais audaciosos projetos de seu Governo. Infelizmente, o hotel, o hospital e a pista para aviões a jato estão pela metade....

Cidade, projeto ou um paraíso?

dividindo a avenida principal com carros — já começa a se modernizar. Se até 1981 Alto Paraíso não tinha asfalto, energia elétrica e sequer água encada, o quadro hoje é bastante diferente. A cidade está toda asfaltada, possui casas de alvenaria, Centro Comunitário, Casa da Cultura e o prédio da Prefeitura tem dois andares e é moderno. Além disso, Alto Paraíso tem uma delegacia, dois supermercados, duas escolas públicas e uma particular, um posto de saúde e uma clínica particular, entre outras coisas.

O projeto

Toda essa mudança decorreu do Projeto Alto Paraíso, ativado durante o governo Ari Valadão. Segundo o único advogado da cidade, Rodolfo Carlos Frimer, o projeto previa o cultivo em grande escala de frutas nobres como maçã, pera, nectarina e manga. «A intenção era transformar Alto Paraíso em região turística» afirma o advogado. Com esta meta, foi iniciada a construção de um hotel três estrelas, com 54 suítes, que com a desativação dos trabalhos em 83, foi simplesmente abandonado e permanece inacabado. O mesmo aconteceu com o hospital que estava sendo construído para atender a toda a região do nordeste goiano. «Era um

hospital planejado para oitenta leitos, gerando uma descentralização de Brasília. Hoje, o que temos aqui é uma ambulância que vai duas ou três vezes por dia levar doentes a outras cidades. Restou o esqueleto do hospital». De acordo com Frimer o atual governador de Goiás, Iris Rezende, prometeu em praça pública de reativar as obras do hospital, o que não foi feito até hoje.

Um dos mais antigos moradores do local, Teotônio de Melo Coutinho, 71 anos, conhecido como Durico, que trabalha na lavoura, considera que houve um exagero no início do projeto. «Eles começaram esbanjando muito. Não havia necessidade de um hotel como aquele. Gastaram muito dinheiro e material para pouca utilização. O erro foi esse, tinha-se que começar devagar». Seu Durico nasceu nos arredores de Alto Paraíso e lembra a história da cidade: «Isso aqui se chamava Veadeiro. Só mudou para Alto Paraíso há uns quinze anos. Com o projeto virou cidade grã-fina, em relação ao que era antes». Para ele, o que ainda falta é maior assistência por parte do Governo. «Proteção? Só tenho a de Deus. Porque aqui o pobre não tem lavoura, nem emprego bom», conclui Seu Durico. Outro profundo conhecedor de Alto

Paraíso é Oswaldo Pereira Barbosa, neto de Moises Nunes Bandeira, fundador da cidade. Segundo ele, seu avô se mudou de Cavalcanti e formou, junto com outras duas famílias, Barbosa e Faria Pereira, o núcleo da fazenda Veadeiros. «Essas três famílias criaram as raízes da cidade. Devido ao clima, à terra, à água da região, e sobretudo pelo trabalho, a fazenda começou a se desenvolver». A partir daí, o município desenvolveu-se como qualquer outro, até que em 81 surgiu o projeto Alto Paraíso.

Apesar da brusca mudança, Alto Paraíso é um lugar tranquilo, onde praticamente não existe ocorrência policial. E o que garante Cicero Pinheiro de Araújo, oficial-militar, residente em Alto Paraíso há um ano. Além da Polícia Militar, a cidade conta com o apoio da polícia civil, possuindo um delegado, um tenente, e quatro soldados. «Assalto aqui é difícil de acontecer», declara Pinheiro. «O que existe são probleminhas de família, de rua, ou bebedeira». E acrescenta: «Dentre as cidades em que já trabalhei, essa é a melhor, um verdadeiro paraíso». No plano político, a cidade possui apenas dois partidos: o PMDB, do qual faz parte o Prefeito, Waldyr Costa Pereira, eleito em novembro do

ano passado, e o PFL, recentemente formado na cidade. O prefeito, Waldyr Ferreira não quis atender a reportagem do *Campus*, e o único membro do partido de oposição encontrado, Odilon Nunes Bandeira, primo do prefeito, preferiu não falar muito. Disse apenas que «o PFL local ainda está começando as atividades». Através de um comunicado colocado na entrada do Centro Comunitário, fica, no entanto, claro que nem tudo são flores na política de Alto Paraíso.

Forasteiros

Já se foi o tempo em que Alto Paraíso era uma cidade de goianos. Pessoas de fora, principalmente paulistas, invadem a cidade, atraídas por diversos motivos, dentre eles a riqueza mineral da região. Pedro Irineu Guelero, por exemplo, trocou, há dois anos, o supermercado que tinha em São José do Rio Preto, São Paulo, por uma propriedade na chapada de Alto Paraíso, onde pretende lucrar com a exploração de minerais. «Na minha fazenda, tem muito cristal de rocha, e acredito que também ouro. Tenho esperança de me realizar aqui. A mineração é meu objetivo», afirma o fazendeiro.

MARCELO FEIJÓ



A vida da cidade, num domingo, assemelha-se à de qualquer lugarejo do interior do País. Homens jogam sinuca em biboquinhas, enquanto os cães fazem a «sesta», após o almoço.

Educação para abater o alto coronelismo

DENISE ROTHENBURG

Se alguma coisa ainda pode ser feita no Brasil, é através da educação. Dentro dessa perspectiva, os jornalistas Francisco Hugo Vieira de Freitas e sua esposa Marisa, deixaram a competição acirrada na profissão e a poluição de Santos, sua cidade natal, para concretizarem o seu grande desejo de atuar na área educacional. E foi preciso muito mais do que força de vontade para realizarem um trabalho de peso.

De estrangeiros a coroneis, todos criaram problemas, mas o porquê de continuarem em Alto Paraíso é uma coisa que só mergulhando no lugar para compreender. E é Marisa de Freitas quem explica: «Alto Paraíso foi uma coisa que aconteceu. Tivemos vários planos de mudanças e, ao assistirmos uma reportagem no «Fantástico» sobre Bonaespero, uma fazenda-escola a 18 quilômetros daqui, ficamos maravilhados. Logo depois os dirigentes estiveram em Santos, num Congresso de Esperanto, onde fizemos contato. Em 1977 viemos para cá».

Segundo Marisa, a realidade de Bonaespero era bem diferente daquela pintada no programa da TV Globo: «Pra mim, é o conto do vigário». O que Marisa chama de conto do vigário é uma fazenda-escola dirigida por um casal de esperantistas estrangeiros, que sobrevive às custas da caridade internacional. Lá, as crianças aprendem esperanto, trabalhos caseiros, cuidam da horta, entre outros serviços. «A primeira vista, é tudo muito bonito, como o «Fantástico» mostrou, mas eles só exploraram o lado positivo da coisa, as crianças andando a cavalo, rindo para as câmeras».

Para Marisa de Freitas, Bonaespero não passa de ilusão: «Quando nós chegamos não havia um registro sequer. Juridicamente, a instituição não existe, pelos menos, no aspecto educacional. Não há uma linha de educação, nada». Em suma, Bonaespero não era um paraíso e, três meses depois, eles foram tidos como «personas non gratas» por serem esclarecidos e não concordarem com idéias de se usar as crianças para receber donativos internacionais, «para nós, educação é bem diferente».

Contudo, «o conto do vigário» não fez com que eles voltassem para San-



Na escola, um laboratório onde os alunos aprendem um pouco de tudo

tos ou abandonassem a educação. Sairam de Bonaespero e Francisco de Freitas foi dar aula na escola do município. Os obstáculos não cessaram. Lá, o «ninho de marimbondos» era bem maior, pois interferia com os chamados coroneis.

A educação no regime do coronelismo era apenas para desencargo de consciência. O coronel queria ter a escola, mas não havia interesse em que ela cumprisse o seu papel, ou seja, a escola tinha que existir, mas como funcionava não fazia diferença. Foi nesse contexto que Francisco de Freitas encontrou o Colégio Estadual Moisés Nunes Bandeira, que hoje dirige. «Eu era o único professor de fora sob a direção de um indivíduo que não possuía nem sequer o primeiro grau». Eu assumia e era afastado de acordo com os interesses dos coroneis, porque escolarizar até um certo nível era permitido, mas educar era alta subversão».

Somente depois de sete anos em Alto Paraíso, o casal conseguiu dar início a um trabalho educacional propriamente dito, quando Francisco

de Freitas se elegeu vereador pelo PMDB. Segundo ele, há dez anos a coisa era bem diferente. Desde a linguagem até a política. Ao todo, eram dois mil habitantes, sendo 600 na sede do município. Não havia televisão e as pessoas ficavam praticamente isoladas.

Outro ponto interessante é que em Alto Paraíso não importa quem manda, desde que seja das famílias dominantes. Resultado: metade das pessoas são de um partido, os restantes de outro e, no final, fica tudo na mesma. Os empregos públicos quando não são ocupados por familiares dos poderosos, ficam vagos. E isso Francisco de Freitas conhece muito bem. «Entrei no IBDF por concurso e depois quisera que eu me afastasse». O mesmo aconteceu no posto do Correio que seria transformado em agência, onde Francisco de Freitas, apesar de ter sido indicado para a chefia, não pôde assumir, porque o Prefeito da cidade na época não deixou. Após dois anos, a agência passou a funcionar, mas sob a direção de alguém que não tinha diferenças políticas. E, em alguns aspectos, a história continua. Quem quiser comprovar e só andar seis quilômetros nas imediações da cidade e encontrará pessoas que possuem título de eleitor, mas não têm certidão de nascimento.

No caso da escola, ainda se conseguiu realizar um trabalho, porque, hoje, os professores são todos de fora. «Agora é que as pessoas estão começando a sair da consciência ingênua para a consciência crítica. A Associação de Pais e Mestres está sendo estruturada. Há, ainda, outras coisas: nós criamos umas instâncias a nível escolar que, mais tarde, os alunos vão saber como usar em outros níveis. Há dois deputados em cada classe e, quando há um problema, as crianças se dirigem a eles. Estão começando a aprender a reivindicar os seus direitos, ao invés de quebrarem tudo, ou, simplesmente, ficarem calados.

A reação dos coroneis é de tentar impedir o trabalho que vem sendo desenvolvido na escola por Francisco de Freitas: «Eles intuem que isso vai significar mudanças para a comunidade, o que não é positivo para eles. O que eles querem é o poder político e a «peãozada» escolarizada para votar e burra para trabalhar».

Uma escola diferente

MARIA LÚCIA SIGMARINGA

O sistema educacional de Alto Paraíso, e em especial o Colégio Estadual «Moisés Nunes Bandeira», deve fazer inveja a várias grandes cidades como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo: em apenas três anos de gestão, o diretor Francisco de Freitas conseguiu acabar com o índice de evasão escolar na cidade (a escola tem 540 alunos), através de mudanças na grade curricular, criação de uma filial da escola na zona rural e, principalmente, acabando com a relação de cima para baixo entre professores e alunos.

A ideia de se mudar a grade curricular surgiu do contato do casal Francisco e Marisa com os moradores de Alto Paraíso e da experiência que adquiriram ao longo de nove anos vivendo na cidade: «Se o ensino não se voltar para a realidade da própria comunidade, não adianta nada. É necessário que se leve a experiência do livro para essa realidade». E foi pensando nisso que Chico e Marisa criaram na escola disciplinas novas como Organização e Método de Trabalho, Criatividade e Tecnologia Alternativa.

A mais interessante delas é a dis-

ciplina Tecnologia Alternativa, pois ensina a criança a viver fora da sociedade de consumo. Segundo Francisco de Freitas, o que se pretende é acabar com a escola que forma o aluno para trabalhar com o patrão, atendendo a uma demanda de mão-de-obra específica. «Queremos conscientizar o aluno de que ele não precisa de multinacionais para viver». Na aula de Criatividade, a criança é incentivada a se libertar de todos os preconceitos e criar sem limites na sua imaginação. Quanto a disciplina Organização e Método de Trabalho, atualmente, abandonada até mesmo em algumas das grandes universidades do País, é muito importante, pois ensina ao aluno como pesquisar e dirigir seus estudos de forma organizada.

Com a proposta ao Ministério da Educação de inclusão destas disciplinas no currículo da Escola «Moisés Nunes Bandeira», Francisco de Freitas conseguiu aumentar em mais 44 horas/aula o período em que a criança permanece na escola. Com isso, o diretor teria um grande problema, no início do ano, quando alunos residentes na área rural estivessem ajudando seus pais na colheita. Mas Francisco também pensou nisso e criou uma

outra escola no campo para que as crianças não perdessem aula.

O resultado das mudanças foi muito satisfatório para o casal de pedagogos: o comportamento dos alunos mudou bastante e eles aprenderam a reivindicar seus direitos. Além disso, eliminou-se a repressão e os estudantes começaram a ser mais eles mesmos, expressando-se livremente. Atualmente, as crianças estão ajudando na confecção de uma cartilha nova, mais voltada para os interesses regionais.

Além do colégio «Moisés Nunes Bandeira», Alto Paraíso conta ainda com outra escola estadual, em Alto Paraíso (com trezentos alunos matriculados), que está começando a seguir as reformas educacionais feitas por Francisco de Freitas. Além disso, a Igreja Batista iniciou as obras de construção de uma escola para atender às famílias que preferem o ensino tradicional e se queixam do excesso de liberdade do colégio «Moisés Nunes Bandeira». Por outro lado, existem também os projetos «Educação Integrada» e «Saturno», espécies de Mobral que deram certo, dirigidos aos adultos que estão dispostos a estudar e o «Projeto Lumen», para aperfeiçoamento de professores.

Omisticismo

que vem dos céus

SANDRA MACHADO

Como realizar o grande sonho que é despertado na infância com os filmes e historinhas sobre experiências extra-terrenas e discos voadores? A resposta pode estar em Alto Paraíso. Segundo Gisela Uchoa, parente distante do general Uchoa e radioesista (pessoa sensível a radiações), a cidade possui a congruência de dois paralelos, que é o quinze e a rota de discos voadores. «A parte alta da cidade recebe a visita dos discos positivos e a parte baixa a dos negativos», explica ela.

Gisela afirma que já viu um disco, quando estava na parte alta. Ela e seu marido emitiram três sinais para o que, a princípio, parecia ser uma estrela. «Eles responderam com uma sinalização idêntica à nossa e fizeram um movimento helicoidal, em forma de «L», que não seria possível a um satélite fazer». As outras pessoas que acompanhavam a tentativa de «contato» (mais três carros) ficaram impressionadas com a visão. «Eram pessoas de fora da cidade pois os daqui não tentam fazer este tipo de contato», revela Gisela.

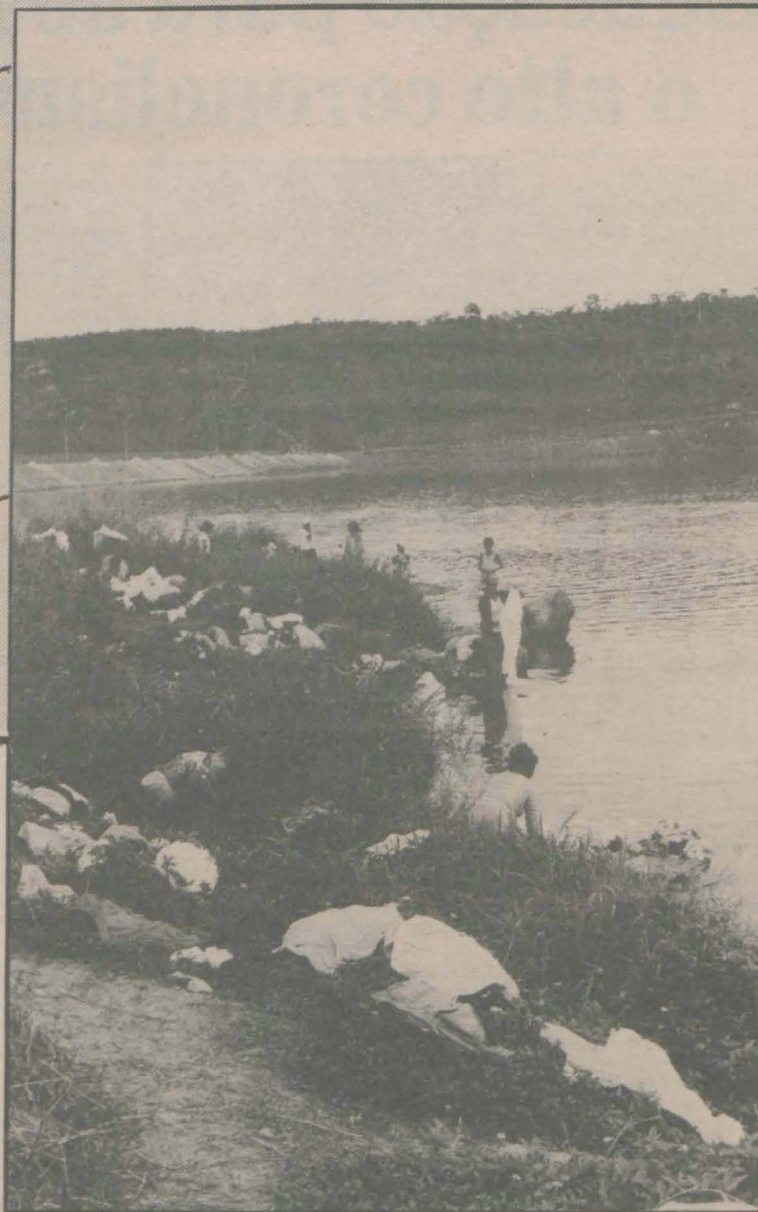
Dizendo que várias pessoas já viram OVNI em Alto Paraíso, inclusive os incrédulos, ela conta a história de um homem que estava guiando seu carro quando este quebrou, sem nenhum motivo aparente, deixando-o sozinho na estrada que leva à cidade. Numa das montanhas que a circundam, ele viu uma luz vermelha e caminhou em sua direção. De repente, a luz desapareceu e ele se lembrou que não havia luzes vermelhas na cidade. «Ele já estava em cima da montanha quando a luz desapareceu. É uma coisa a ser explicada, não é?», pergunta Gisela. Ela tem dúvidas a respeito de porque tanta gente que chegou a Alto Paraíso no tempo que não tinha nem asfalto e se atolava na lama, resolveu ficar na cidade. «Estou aqui até hoje mais pelo lado místico do lugar. Sou de uma seita hindu e pretendo desenvolver-me aqui. Também, tem o trabalho de meu marido, que é médico e quer exercer a medicina preventiva, o que é difícil nos grandes centros».

Parece não haver, em Alto Paraíso, estruturas religiosas delineadas. Todas as religiões são aceitas e convivem numa «quase» harmonia. Católicos, espíritas, protestantes, hindus, rajneeshes, judeus etc. Há, inclusive, uma comunidade esperantista, que fica um pouco afastada do centro, na fazenda Bonaespero, recebendo ajuda do exterior. A maioria dessas religiões e seitas, chamadas de «alternativas» pelos nativos locais, vieram atraídas por algo que seus seguidores não sabem expor muito bem. Osvaldo Pereira Barbosa, dono de um dos bares que servem pratos feitos na cidade, considera Alto Paraíso um lugar mágico: «Ainda vai ser uma capital», diz. Para ele, o lugar possui raízes que muitos desconhecem, como as ascendências familiares, parapsicológicas etc. «Meu bisavô, era médium e fez várias previsões, há mais de cem anos, que estão se confirmando». O fato de estrangeiros saírem de seus países de origem para fixar residência num lugar tão distante e sem infra-estrutura, é visto por Barbosa como uma forma que eles procuram para desenvolver a mente. «Espiritualmente, esta cidade vai ser muito diferente das outras. O astral daqui é muito intenso». Ele coloca a força magnética da região como principal fator para seu relato sobre discos voadores. «Já vi uma luz redonda, azul e amarela. Não podia ser outra coisa senão um disco. Muita gente já viu coisa parecida aqui. Os estudiosos vêm para cá perquirar a força da nossa região para tentar explicar o fenômeno».

Vale a pena dar uma «chegadinha» até «High Paradise», como apelidamos, em noite de lua cheia (dá mais clima), só para conferir!

O que se tem feito pela ecologia?

MARGARETE VITÓRIA



Começa-se a discutir o Meio Ambiente em Brasília. O governo do DF cria a Coordenação de Meio Ambiente que tem trabalhado, principalmente, na área de preservação, e a CAESB intensifica projeto de despoluição do Lago, através de um programa de recuperação de suas águas.

Água pura: nossa vida depende da sua preservação

KÁTIA TURRA

Brasília sofre uma poluição política. Assim o coordenador do Meio Ambiente do Distrito Federal, Benjamim Sicsu, define o problema ambiental de Brasília. Para ele, enquanto não existir uma Assembléia Legislativa local, a questão ambiental não terá o respaldo da comunidade, e os seus problemas não serão solucionados.

Até um ano atrás, não havia nenhuma política ambiental e nenhuma ação concreta do Estado em relação ao meio ambiente da cidade. Com o governador José Aparecido, o Meio Ambiente passou a fazer parte das ações do governo e foi criada a Coordenação do Meio Ambiente, que há seis meses vem desenvolvendo vários projetos, principalmente na área de preservação. A Coordenação tem uma política para aumentar o número de áreas preservadas. "Quando ela foi criada Brasília tinha 5% de áreas preservadas, hoje nós já temos 9% e com o projeto de desapropriação da reserva biológica de "Águas Emendadas", uma área de 9 mil 768 hectares, localizados a 40 Km de Brasília, nós teremos 15 por cento", afirma Benjamim.

Um dos problemas ambientais mais graves em Brasília é a água. Existem na cidade três mananciais que abastecem o DF, e que na sua maioria já estão contaminados. Trinta por cento da água provém do Lago do Descoberto, um manancial totalmente invadido por loteamentos irregulares, o que contribui para o aumento da poluição.

A Coordenação tem três vias de ação para resolver o problema da água. A primeira é reservar os mananciais. A segunda é a fiscalização da água pela população. E a terceira, é desenvolver uma política de educação ambiental para mudar a política de água no Distrito Federal. É preciso recircular a água que está sendo utilizada de maneira inadequada, como explica Benjamim Sicsu: "A água do manancial sai direto para irrigar os jardins das casas de Brasília. Nós precisamos pegar a água do manancial, colocar nas casas e depois então passar para a terra".

Ainda falando de água, não podemos esquecer a eterna poluição do Lago Paranoá, que precisa ser resolvida rapidamente. Afinal ele é água potável da cidade e nós vamos beber esta água futuramente. O Paranoá vai abastecer o futuro lago São Bartolomeu, de onde virá uma boa parte da água de Brasília.

A Coordenação do Meio Ambiente acredita que a melhor maneira de despoluir o Lago é descentralizando os trabalhos. Cada cidade-satélite deveria ter seu tratamento de esgoto, o que diminuiria os custos e tornaria o trabalho mais eficiente.

Um outro ponto que preocupa a Coordenação é o esgoto. Em Brasília são raros os hospitais que têm tratamento de esgoto, o que já causou a morte de várias crianças em Taguatinga contaminadas pelo lixo hospitalar. Para Benjamim, os melhores métodos para despoluir são os métodos alternativos, como a reutilização do esgoto. "Joga-se o esgoto na terra e planta-se o arroz por cima: a natureza se encarrega do resto".

O desenvolvimento pode vir para o lado da preservação, e com o respeito à natureza.

Esgoto é o maior problema do Lago

AMNERES PEREIRA
ANA TERESA SERPA

O Lago Paranoá está poluído. Essa constatação pode ser feita por qualquer pessoa que se aproxime de sua superfície. "Não houve nada nesses últimos anos que pudesse reverter essa situação", afirma o engenheiro João Augusto Burnett, chefe do Grupo de Estudos de Poluição da CAESB. "O que a CAESB tem feito", continua ele, "é adotar medidas de emergência para que aquele fenômeno da floração intensa de algas, ocorrido em 1978, não voltasse a se repetir com consequências bastante sérias para a comunidade. Isso felizmente foi possível evitar com a aplicação de medidas paliativas".

Formado artificialmente, o Lago Paranoá tem sofrido um acelerado processo de alteração de suas características desde 1961 com a implantação de Brasília, depois com as invasões e ainda, com a utilização agrícola. Como a CAESB tem dentro de suas atribuições o controle de poluição das águas, ela assumiu a responsabilidade de desenvolver o Programa de Recuperação do Lago. Em 1975 foi criado, então, o Grupo de Estudos de Poluição e a CAESB passou a ser o órgão do governo responsável pelo Lago Paranoá. Praticamente todos os especialistas nacionais interessados no projeto participaram ativamente do programa. Foi um projeto amplamente discutido e estudado, inclusive com a consultoria de especialistas estrangeiros.

Esgotos

"A solução definitiva", explica Burnett, "passa pelo tratamento dos esgotos sanitários. Em outras palavras, um tratamento de qualidade que remove aqueles elementos poluentes, principalmente o nitrogênio e o fósforo". Realmente a causa maior da poluição do Lago são os esgotos sanitários da cidade, porque a água e o veículo transportador desse

material poluente, mas com certeza não é a única fonte.

"O Lago tem passado por períodos críticos cada vez maiores em função de fatores climáticos e meteorológicos que se associam a essas fontes de poluição. Quando junta um período de calmaria, de seca, de temperaturas elevadas, isso começa a criar condições favoráveis para o crescimento de algas. Por isso, de setembro a novembro, o Lago sempre passa por um período crítico. É difícil prever exatamente o comportamento da natureza porque depende da extensão do período onde se associam diversos fatores negativos ao mesmo tempo", explica Burnett.

Laboratórios

Os laboratórios têm uma finalidade de acompanhamento do Lago para verificar a deficiência das soluções que estão prontas a serem adotadas. Sistemáticamente, ou seja, de duas a três vezes por semana, são recolhidas amostras das algas e quando é identificada alguma concentração e aplicado um produto químico naquela área e o fenômeno é controlado.

Evidentemente o tratamento dos esgotos sanitários não é a única solução. "O controle de solo na bacia é importante. Há necessidade de se preservar as nascentes de água para se manter, mesmo depois dos esgotos tratados, uma fonte de água limpa renovando a água do Lago. Há também necessidade de um planejamento de ocupação da bacia. A área rural também contribui e há, ainda, uma série de fontes de nutrientes que são de difícil controle".

A situação mais grave no Lago Paranoá é no braço sul, "onde se associam os efeitos do Riacho Fundo, que é o correio mais poluído do Lago, com os lançamentos dos esgotos da estação sul". A estação sul está sobrecarregada e uma grande parte dos esgotos não é adequadamente tratada. E nessa área do

Lago onde há necessidade de se aplicar mais produtos químicos e de estar permanentemente monitorando. "É realmente a área mais crítica do Lago Paranoá", conclui Burnett.

Clubes

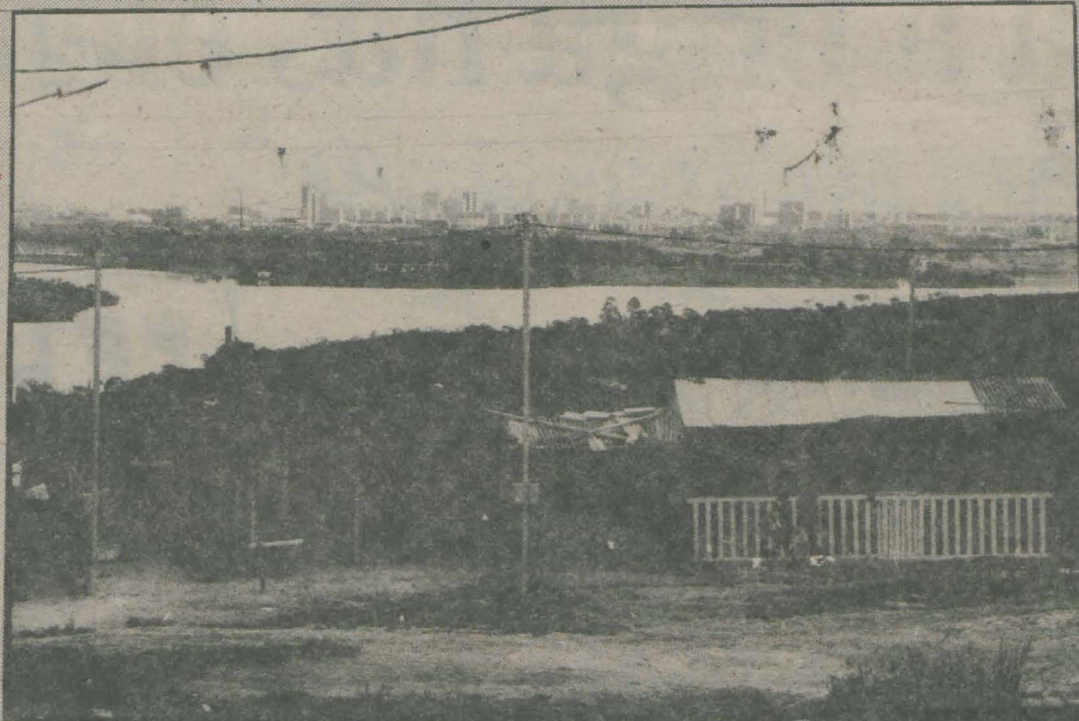
Os clubes na beira do Lago não têm uma participação significativa no nível de poluição. O que é incompatível com o Programa de Recuperação do Lago, é conviver com uma situação de lançamento de qualquer esgoto bruto, não importa a quantidade. "Os clubes", diz ele, "devem ser os maiores interessados em não lançar os seus esgotos onde seus usuários frequentam".

O Lago Paranoá vai ser sempre um problema para a comunidade porque vai sempre receber contribuições de elementos poluentes. "Ele vai exigir a atenção dos órgãos competentes na sua avaliação, no seu controle. Isso mesmo após a implantação de determinadas soluções que, na verdade, não são definitivas, são etapas vencidas". Um lago de águas puríssimas, no seu estado natural onde não há presença do homem, isso o Lago jamais vai atingir. O que se pode esperar é um nível desejável, uma situação intermediária onde a comunidade possa conviver sem riscos mais graves.

Verba

Sem dúvida o fator limitante maior é o problema da verba. A recuperação do Lago Paranoá é necessária já que a cidade não pode conviver com um lago que ameaça a saúde da população. Burnett finaliza, "o Lago uma vez criado, deve se manter limpo e aceitável. No entanto, ele está toda hora comprometendo diversos aspectos para o qual foi criado originalmente". O governo já garantiu os recursos para desenvolver uma boa parte do programa mas como são obras de porte, ainda vão levar algum tempo para estarem totalmente prontas.

MARGARETE VITORIA



A SEMA promove debate sobre meio ambiente e quer formar recursos humanos nesta área. Nunca o estudo de causas e efeitos do equilíbrio ecológico foi levado tão a sério. Afinal, as cobras e ratos invadiram a cidade, ou existem focos de lixo e sujeira que os atraem?

Ratos nos subsolos de Brasília

ADÉLIA BARROSO

Quantas ratoeiras e raticidas são vendidos em Brasília? Se pudéssemos contar esse número, certamente calcularíamos o esforço que as pessoas fazem para eliminar de sua convivência este roedor e transmissor de doenças. Não bastasse o grave problema de ratos em Brasília, agora a população tem que se prevenir contra cobras.

A proliferação dos ratos deve-se muito mais ao tipo de construção que a cidade tem do que ao desequilíbrio ecológico.

Brasília, ao contrário de outras cidades, esconde o lixo, os serviços considerados sujos e estoques. Todos os prédios têm lixeiras internas, tubulares e acumulam detritos em

salas com acesso para a rua para que os lixeiros recolham. Isso, segundo o ecólogo Edmo Sampaio, é o paraíso dos ratos. Outro fator importante para a proliferação dos ratos é que Brasília tem todas suas padarias, mercearias e restaurantes com seus mantimentos e maquinários estocados nos subsolos. Visualmente a cidade está limpa, mas na realidade está infestada de insetos e ratos.

O problema das cobras é de ordem ecológica. As queimadas e secas no cerrado obrigam as cobras a fugir para a cidade. Essa situação já vem ocorrendo há anos, mas só agora, com a morte de um menino, é que o alarme foi dado.

Para grupos ecológicos de Brasília os problemas que afetam a região são principalmente a poluição e rebaixamento dos riachos e a destruição

do cerrado. O rebaixamento dos leitos dos rios e riachos devem-se ao mau uso das águas e à construção de prédios com muitos andares subterrâneos, que secam as pequenas nascentes que desaguiam, somadas a outras, num veio d'água, aparentemente insignificante, porém essencial para o equilíbrio ecológico do cerrado.

Com a poluição e até mesmo o fim dos rios no cerrado, os maiores prejudicados são os animais. Muitas espécies de aves estão desaparecendo e animais predadores, como cobras, indo para as cidades.

O desmatamento e queimadas no cerrado, para plantações e outras finalidades, têm provocado erosão no solo. O caso está tornando-se grave porque não há como impedir que os buracos avancem até a cidade.

Meio ambiente em seminário nacional

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA

«A Universidade e Meio Ambiente», este é o tema do Seminário que constitui a primeira etapa de um processo que a Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA e o Ministério da Educação pretendem desenvolver, com vista a formação de recursos humanos para a área ambiental. O Seminário será realizado de 12 a 15 de agosto na UnB e é o primeiro do gênero a nível nacional.

A perspectiva do projeto, é a de que a partir deste Seminário sejam desenvolvidas ações práticas para a inclusão da temática ambiental nos cursos de nível superior, formando, nas universidades, recursos humanos necessários à Política Nacional do Meio Ambiente.

O Seminário tem como co-patrocinadores o Conselho Nacional de Pesquisa — CNPq, a Coordenação de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Ensino Superior — CAPES, Secretaria de Educação Superior — SESU, Conselho Federal de Educação — CFE e o Conselho de Reitores, terá tempo integral, com 32 horas/aulas, atingirá todas as áreas de ensino universitário e se compõe de duas etapas. A primeira com os alunos e a segunda com professores e promotores do Seminário. Segundo a Coordenadora de Comunicação Social e Educação Ambiental da SEMA, Regina Helena, o Seminário terá vários pontos com base nos quais irão se desenvolver as discussões em plenário e em grupos de trabalho, «com vistas à formulação de propostas que possibilitem o alcance dos objetivos do Seminário». Acrescentou que esse Seminário é fruto de um levantamento da temática ambiental, feito pelo Conselho Federal de Educação — CFE e apresentado em um Seminário realizado em Bogotá-Colômbia, no ano passado. Esse Seminário foi promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sobre esse tema e do qual participaram representantes de universidades brasileiras, do Conselho Federal de Educação — CFE e da SEMA. Regina Helena disse ainda que esse evento «dará início a um processo de integração entre as ações do Sistema Nacional do Meio Ambiente e o sistema universitário».

Mato e lixo atraem cobras

CLAUTENIS DELENE

Após a morte do garoto Edwan no Hospital de Base de Brasília, devido à mordida de uma cobra e à falta de soro antiofídico, sucederam-se na imprensa vários casos semelhantes, porém não mais fatais. De repente, parecia que Brasília havia sido invadida por cobras, fazendo-nos lembrar a cena do filme «The Birds» de Alfred Hitchcock, quando os pássaros invadem a cidade. Mas, ao contrário do que muita gente pensa, as cobras há muito tempo dividem espaço com a população, especificamente aquela que mora em locais sem saneamento básico, como é o caso da Escola Classe 10 de Taguatinga Sul.

Segundo a diretora da escola, Elizabeth Abraão, a presença de cobras no colégio é anterior a sua gestão, que já é de mais de dois anos. «Existem todas as condições favoráveis para a proliferação de cobras, ratos e baratas na escola, pois não há esgotos, sendo todos

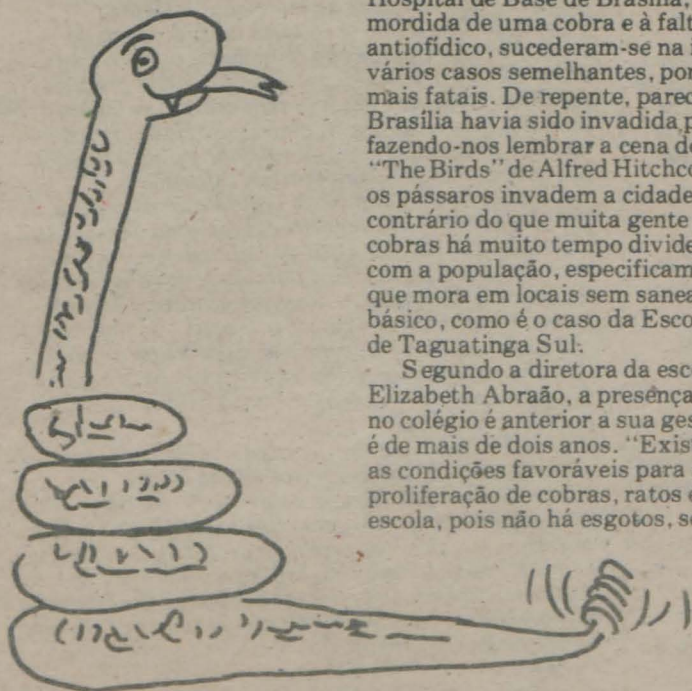
os detritos jogados no terreno abaixo dos pavilhões, além do mato bastante alto dentro da escola e no descampado logo atrás», afirma Elizabeth.

Somente depois de várias tentativas frustradas de resolução do problema junto ao Complexo Escolar B de Taguatinga Sul, do qual o colégio faz parte, e junto à administração de Taguatinga, é que Elizabeth resolveu juntar-se à comunidade e procurar a imprensa e o governador José Aparecido, que enviou ao colégio uma equipe do Serviço de Limpeza Urbana para a retirada do matagal e funcionários para construção de uma rede de esgoto, obra que já está parada.

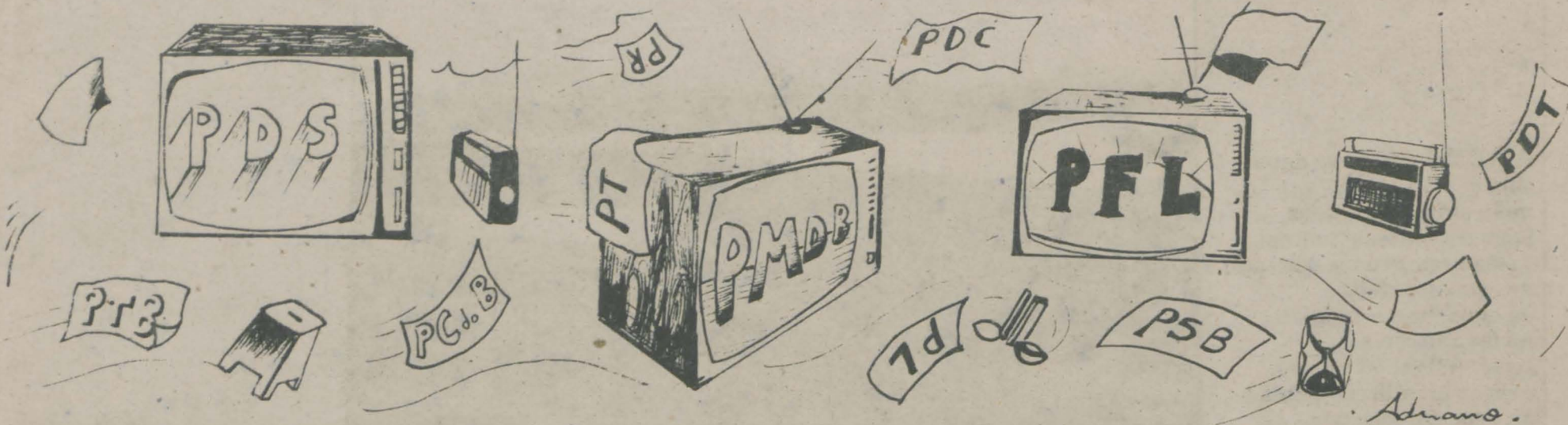
«As cobras eram encontradas dentro das salas de aula e nas residências vizinhas. O medo das mães foi tão grande que houve vários casos de crianças retiradas do colégio por causa das cobras», afirma Elizabeth.

Há vários vidros com cobras, algumas venenosas, como a coral e a jararacuçu, esperando um possível envio ao Instituto Butantã, mas segundo Elizabeth, o descaso foi total e até hoje esperam alguém da Fundação Zoobotânica de Brasília para pegá-las e fazerem o envio.

A falta de saneamento básico e o acúmulo de lixo nos subsolos são as principais causas da proliferação dos ratos e cobras no Distrito Federal. As escolas da periferia são as mais atingidas pelo problema, por estarem rodeadas de terrenos baldios cheios de lixo e mato



Começa a briga nas eleições 86



SHIRLENE COSTA

O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado que estabelece normas para a realização de eleições em 1986 e dá outras providências, gerou polêmica do primeiro artigo até o último. A discussão começou com o projeto do senador Murilo Badaró (PDS-MG), juntamente com o anteprojeto elaborado pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS) e também projetos elaborados por pequenos partidos na Câmara. A partir daí, as lideranças do PMDB, PFL e PDS elaboraram o substitutivo.

Dos quatro pontos mais polêmicos, coligação partidária, trabalho em boca de urna, contratação e nomeação no período compreendido entre a publicação da lei e o término do mandato de parlamentares e governadores, o único que não ficou definido foi o projeto da propaganda eleitoral gratuita, enviado para a Câmara redigir e votar, sendo que, após a emenda, regressará ao Senado para que esta Casa se pronuncie a respeito.

Coligações partidárias

Até o ano passado, as coligações partidárias eram proibidas, mas foram regulamentadas em dezembro de 1985. Na coligação, dois ou mais partidos unem-se e passam a trabalhar em conjunto, podendo adotar o nome de um dos partidos ou ter uma sigla diferente. Essa lei permitiu as coligações de forma muito ampla, deixando dúvidas sobre seu funcionamento, quantos candidatos poderiam indicar, etc. Havia partidos querendo que cada partido dentro da coligação apresentasse o dobro de candidatos equivalentes ao número de vagas existentes na Câmara. Segundo Herzeleide de Oliveira, assessora parlamentar do Senado, «uma coligação em Minas Gerais, que tem direito a 54 deputados federais, feitas por dois partidos, apresentaria 108 candidatos de cada partido, e assim por diante.

A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão está dividindo o Congresso Nacional, pois os grandes partidos resistem em ceder espaço aos pequenos. A discussão será longa, na busca de uma solução democrática.

Após bastante debate, ficou decidido que a coligação realizada por dois partidos apresentará para a Câmara e Assembleias Legislativas o dobro do número de vagas, sendo que a coligação de três ou mais partidos, apresentará o triplo do número de vagas».

Boca de urna

Quanto ao trabalho de boca de urna, aquele realizado no dia das eleições para aliciar votos, a primeira previsão foi feita de maneira genérica, conta Herzeleide: «Fica proibido o trabalho de boca de urna de qualquer espécie, quer seja através de instituições, panfletos, camisetas, etc. Esta proposta foi enviada ao presidente Sarney e ele sugeriu que a violação fosse transformada em crime eleitoral, embora, muitos se espantassem com tanta rigidez». Hoje, já aprovada pelo Senado, quem infringir a lei será punido com detenção que vai de seis meses a um ano.

Contratações

Para Herzeleide, «a redação que ficou aprovada sobre as contratações não foi tão rígida quanto no início, nem tão maleável como alguns setores queriam. Está permitida a nomeação de pessoas que foram aprovadas em concurso, e

pessoas que ocupem cargos de confiança e magistério público».

Propaganda gratuita

Este projeto foi tão discutido que começou com 13 artigos e terminou com 27, sendo aprovados 23, porque foi reduzido no que diz respeito à propaganda eleitoral gratuita. Atualmente temos 30 partidos habilitados a concorrer às eleições e os grandes partidos (PMDB, PDS e PFL), estão resistindo a ceder espaço para todos.

De início, as grandes lideranças queriam que a propaganda fosse proporcional à bancada na Câmara dos Deputados. Os partidos pequenos protestaram, porque mesmo o PT e o PTB teriam um tempo mínimo, devido ao número de representantes. Os partidos que não tivessem deputados não participariam da propaganda gratuita. «Mas eles foram transigindo e chegaram à proposta de dividir o tempo em 25% para os pequenos e 75% para os grandes partidos. Ai entra um fato interessante: o PT, o PTB e o PDT estavam querendo aprovar um texto alijando os partidos menores que eles, já que sem representantes na Câmara não poderiam participar da propa-

da, mesmo que tivessem representantes no Senado, como é o caso do PSB de Jamil Haddad e do PDC de Mauro Borges. Parece que na Câmara estão chegando a um consenso de dividir a propaganda eleitoral em três tempos».

Em termos de propaganda, o Senado decidiu o seguinte: dois meses antes das eleições começam as propagandas gratuitas, com 60 horas para a rádio e 60 para a televisão, diariamente. O PDS apresentou proposta de propaganda paga na imprensa escrita, mas não foi aceita. Este tipo de propaganda deve continuar regulamentado pela lei Etelvino Lins, de agosto de 1974, que permite que se pague para publicar apenas o currículo e a fotografia do candidato, com sua experiência política e profissional.

No Distrito Federal, serão eleitos três senadores e oito deputados. Os dois senadores mais votados terão mandato de oito anos e o terceiro de quatro anos, para que o DF tenha o mandato de seus senadores coincidindo com os demais Estados, onde a renovação do Senado ocorre de quatro em quatro anos, com um ou dois terços.

Pequenos partidos querem espaço

FABIO GUIMARÃES E GREICE NEVES

Epoca de eleições. O assunto é propaganda eleitoral. Com as eleições para a Assembleia Constituinte no próximo dia 15 de novembro, o tema esquentou. No Senado foi retirado de pauta qualquer item sobre a regularização da propaganda gratuita no rádio e televisão, por falta de concordância entre grandes e pequenos partidos. A discussão foi então para a Câmara dos Deputados, mas o impasse permanece. E por quê?

O senador Jamil Haddad, líder do Partido Socialista Brasileiro, acusa os grandes partidos de boicotar os de «menor representação». Haddad contou que as lideranças do PMDB, PFL e PDS, apresentaram, sem o conhecimento dos pequenos partidos, um projeto onde a divisão do tempo da propaganda gratuita era proporcional às bancadas dos partidos existentes na Câmara, o que levaria os pequenos partidos a ficarem apenas com frações de segundos. «Nós não teríamos condições de apresentar o retrato, o número, currículo, talvez não desse nem para dizer boa noite», afirmou o senador.

Walter Gomes Barbosa, membro da Executiva Nacional do Partido Liberal, apóia a divisão equitativa do horário, mas acha essa tendência impossível devido ao «radicalismo dos grandes partidos». «É a lei do mais forte». Já um membro do PDT, Partido Democrático Trabalhista, José Machado, acha que, se o partido puder falar na

televisão pelo menos 4 ou 5 minutos, já é alguma coisa. «Melhor do que a proposta inicial do Senado, que dava ao Partido dos Trabalhadores, 15 segundos na frente das câmaras de televisão». Alberto Fernando Trindade, secretário da Liderança do PCB, Partido Comunista Brasileiro, aponta como absurda as propostas apresentadas pelos grandes partidos. Segundo ele, não tem sentido se legalizar os partidos que estavam na clandestinidade, e depois não dar a eles condições de levar ao público as suas propostas. «É antidemocrático», denuncia.

A líder do PT, deputada Irma Passoni, acha a proposta do PMDB inaceitável e chama de imposição a atitude dos partidos que pretendem limitar em 5 minutos o tempo máximo para os pequenos partidos. Segundo a deputada, a divisão equitativa seria a forma correta para se resolver o caso, «os partidos pequenos como o PT, com boa representação no Congresso, saldo positivo nas eleições passadas e organizados devem ter os mesmos direitos que os grandes partidos».

Muita coisa, no entanto, ainda há de vir. Concessões serão feitas, muitos protestos e uma lei que possivelmente beneficiará os grandes partidos. Mas os chamados pequenos partidos estão alertas e com certeza farão disso um meio de protesto. O senador Jamil Haddad avisa: «Já estamos armando um esquema para esclarecer à opinião pública nacional a respeito desse casuísmo». Outro partido que promete muita briga é o Partido dos Trabalhadores. Irma Passoni afirma: «Iremos protestar e eles terão que arcar com as consequências».

Teoria dos jogos na comunicação

ALESSANDRO GAGNOR GALVÃO

«Talvez nos comportemos com excesso de seriedade, zelo político-ideológico no estudo da Comunicação, quando uma larga faixa deste processo se desenrola de uma forma mais prazerosa, como entretenimento. A Comunicação como ganho de gratificação: o sistema te abençoa, te premia por estar receptivo à informação. A Comunicação como forma prazerosa de se compreender a realidade se baseia na teoria dos jogos: o prazer do imprevisível, inusitado, incomensurável: não se pode «prever», «medir» um organismo» (Sérgio Porto, professor de Comunicação).

A proposta de se estudar a Comunicação usando o entretenimento como modelo teórico foi lembrada por uma aluna do mestrado, quando se estudava o elogiado «mapeamento» dos modelos teóricos para o estudo da Comunicação, feito pelo também professor Venício A. de Lima. Esse «mapa» identifica cinco tendências no estudo da Comunicação: Comunicação como Persuasão, Informação, Linguagem, Mercadoria e Cultura; cada um desses modelos teóricos sendo apresentado com objetivos, visão de sociedade, metodologia específica, metadados de outros critérios.

A Civilização do

Prazer, da mercadoria orgasmática. Sérgio Porto continua seu esboço de Comunicação como entretenimento. «O que é o ParkShopping? O local do prazer comercial, Papai Noel como o novo belzebu. A sociedade do espetáculo: a Rede Globo que pontua a realidade com «a próxima atração», a próxima possibilidade do ser, o próximo prazer, o próximo gol. Comunicação não é só bit, persuasão, estrutura linguística, mercadoria, sistema simbólico; existe um lado relaxado da comunicação com o qual não nos preocupamos. Após o existencialismo, após os anos 60, a descoberta do corpo, o convívio com a aceitação e a superação dos dois modos de «mal-estar»: o econômico-social (Marx) e o existencial-comportamental (Freud), sugere-se pensar o mundo também pelo sentimento, não só pela razão ou pelo conceito».

Portanto: «Não é a conscientização, é a sensibilização de que não basta o mundo dos objetos ou o mundo dos conceitos sobre os objetos: é preciso o mundo do imaginário e da significação desses mesmos objetos. A realidade como mundo signico, da fantasia, é uma preocupação nova. A liberação do imaginário é a tentativa que se faz: é só tirar um pouco do tabu, um pouco de informação sistêmica. A imaginação funciona e a libido agradece».

Exposição na UnB lembra terremoto

MARTHA FARIA

«A mobília dansou a polka e a louça serviu de orquestra». Foi como o «Diário de Notícias» registrou, há exatamente 100 anos, o terremoto que revolveu o chão do Estado do Rio de Janeiro e, em particular, o de D. Pedro II, em 9 de maio de 1886. O sismo, que pôde ser sentido numa área de 23.000 quilômetros quadrados e atingiu a marca de 4.3 na escala Richter, não causou vítimas.

Motivada por este «fato pitoresco», a Estação Sismológica da UnB resolveu comemorar o primeiro centenário do tremor de terra sentido pelo Imperador D. Pedro II com uma exposição, no dia 9 de maio passado, sobre sismicidade no Brasil e pesquisas realizadas pela Estação.

«Na verdade», explica o professor José Alberto

Veloso, responsável pela Estação, «nós gostaríamos que toda a comunidade viesse para conhecer o trabalho que é desenvolvido por alunos e professores da Sismografia». E, de fato, quem compareceu à exposição pôde ver e aprender como funcionam «os mil aparelhos feitos aqui».

Convênio

Em 1986 comemora-se também, 20 anos dos primeiros registros sismográficos captados pela Estação que, segundo Veloso, só tende a ser «fortalecida». Em decorrência de um convênio recém-firmado com o Serviço Geológico Americano, no valor de 650 mil dólares, um novo sistema sismográfico deverá ser instalado na UnB, dentro de dois anos, «fortalecendo a estação e tornando-a bastante importante em termos instrumentais».

O MCT ganha peso entre os ministérios

Quais são suas prioridades?

NEVINHO ALARCÃO

O Ministério da Ciência e Tecnologia tem como prioridades o desenvolvimento da química fina (pesquisa para produção de medicamentos), a biotecnologia e a indústria de Informática. Além dessas prioridades, o Ministério tem se deparado com a «absoluta necessidade de capacitar o Brasil para as áreas da Ciência e Tecnologia, o que significa criar condições materiais e, principalmente, recursos humanos». O Brasil tem hoje apenas cerca de mil cientistas, fazendo pesquisas de peso, segundo calcula o coordenador de Comunicação Social do MCT, José Montserrat Filho.

A Ciência e Tecnologia ganha, a cada dia, maior importância no cenário da Esplanada dos Ministérios. Basta ver a promessa feita pelo presidente Sarney de, até o fim do seu governo, destinar dois por cento do Produto Nacional Bruto a essa área. Países avançados, como a União Soviética ou os EUA, empregam de três a quatro por cento de seu PNB em tecnologia. Em termos práticos, o orçamento do MCT vai pular de 3.2 bilhões para 50 bilhões de cruzados. A promessa do Presidente foi feita à comunidade científica aqui em Brasília, durante um encontro em dezembro do ano passado.

Problemas enfrentados

Conforme Montserrat Filho, logo que o Ministério foi criado, a 15 de março de 1985, pretendeu-se «tomar pé das coisas e

manter um contato com a comunidade científica». Idealizou-se então um grande debate nacional em torno da Ciência e Tecnologia que, após superados problemas com a falta de verba (o ministro Renato Archer conduziu representantes dos cientistas a uma audiência com o presidente Sarney), foi realizado em duas etapas: a primeira, em novembro do ano passado, simultânea em nove capitais brasileiras, e a segunda, uma espécie de balanço da primeira fase, no mês seguinte aqui em Brasília, na qual o presidente fez a festividade promessa. Desse grande fórum, do qual participaram ativamente cerca de 1.300 cientistas, foi elaborado o documento «Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática», para dar subsídios ao I PND — Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, elaborado pela SEPLAN.

Alcance social

O alcance social das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia é evidente. Com o desenvolvimento da química fina, a melhoria do nível de saúde da população estará mais perto. A biotecnologia, outra prioridade do MCT, cobre um amplo leque de atividades, que vão do aperfeiçoamento do nosso rebanho de gado leiteiro à agricultura, nas pesquisas para seleção de sementes. Assessores da Secretaria de Biotecnologia do MCT lembram, inclusive, que deverá ser lançado brevemente um programa de alimentos bá-

sicos, visando um incremento da produção agrícola de gêneros como arroz, feijão, milho, etc.

Quanto à terceira prioridade, o Plano Nacional de Informática e anterior à gestão de Renato Archer. Entretanto, e apesar de não ser dessa área, o Ministro assumiu a defesa de temas como a lei de reserva de mercado. Suas posições nacionalistas já tinham se notabilizado quando o então jovem deputado Renato Archer (PSD-MA), nos anos 50, defendeu a Política Nacional Nuclear, contra países que queriam impedir o acesso do Brasil a essa tecnologia. A histórica luta «O Petróleo é Nosso», no Governo Vargas, também contou com a participação do vigilante deputado. O atual ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, prosseguiu na defesa de seus ideais nacionalistas, até ter seus direitos políticos cassados em 1968, período que se estendeu até 1979. Hoje, ainda com as mesmas ideias, ele toma como sua a tese da reserva de mercado no campo da informática e a defende intransigentemente.

Recentemente em Washington, noticiou-se que os EUA adotariam medidas de retaliação comercial, caso o Governo brasileiro não revisse brevemente a sua lei de informática. Conforme Renato Archer, o presidente Sarney já reiterou várias vezes a intenção de manter a lei de reserva de mercado e, segundo o Ministro, não há nenhuma razão para imaginar que ele vá mudar de ideia.

Sarah, um modelo de organização

JORGE MAYA

Em terra de cego, quem tem um olho é rei. Este ditado popular tão comum em nosso dia-a-dia, ilustra muito bem a situação do nosso País, quanto ao desenvolvimento tecnológico. Toda vez que alguém faz alguma coisa bem feita, acabamos por aplaudir e a dar vivas. Mas, no caso do Sarah Kubitschek, a coisa não é bem assim. Nesta terra de cegos, parece que o hospital está com os dois olhos bem abertos: mais do que uma instituição organizada, o Sarah é um modelo e pretende ser mais do que isso. Uma utopia.

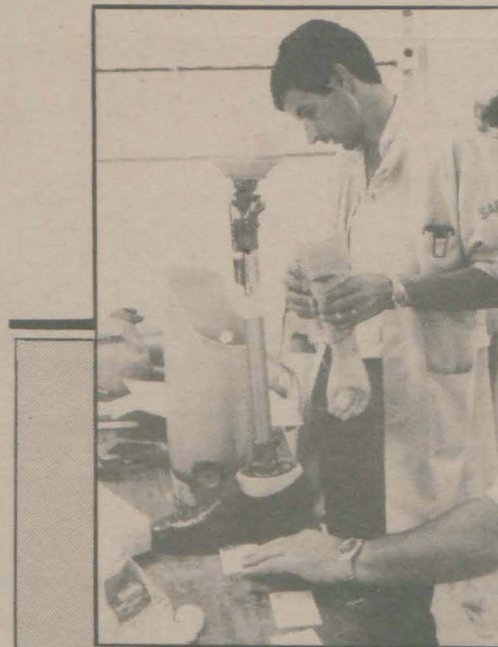
O indivíduo não pode ser o objeto da técnica, mas sim, o sujeito da ação. Esta é a filosofia de trabalho do Instituto Sarah, criado em 1960 com o nome de Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek. Sua concepção de terapia é baseada na restituição da capacidade de movimento sem considerar as normas estéticas e sim a possibilidade de que a pessoa deficiente realize uma função adequada aos seus limites, objetivando a integração social.

Tal como é agora, o Instituto Sarah foi projetado para atender a seus pacientes de forma racional, desenvolvendo técnicas e tecnologia, adequadas à realidade socio-econômica do País. No projeto arquitetônico, levou-se em consideração a necessidade de racionalização no uso dos equipamentos, facilidade de mobilização dos pacientes, aliados ao objetivo de tornar o ambiente hospitalar o mais próximo possível da casa do doente primeiro passo para sua reintegração.

No hospital, o sol, o jardim e a luminosidade, características marcantes da região, são utilizados na reabilitação das pessoas, da mesma forma que os esforços específicos das áreas clínicas.

O resultado é um hospital onde a higiene é tão bem cuidada que a aparência e a ausência de cheiros nos fazem lembrar qualquer lugar, menos um hospital, pelo menos os que nós conhecemos. O atendimento ambulatorial, parte crítica no atendimento hospitalar, leva em consideração o respeito pelo ser humano. No Sarah o atendimento é igual, não importa o tipo ou procedência da pessoa.

MARCELO FELJO



No «EquipHos» são fabricados os aparelhos necessários à reabilitação dos pacientes, a um baixo custo e com alto grau de eficiência.

Um instituto com a ousadia do Sarah tem que ter não só procedimentos diferentes, mas uma estrutura que permita essas transformações. O hospital, como um todo, é um centro formador de recursos humanos e um centro de pesquisa e produção de tecnologia. A parte tecnológica do Sarah é parida em uma das suas unidades conhecida como EquipHos. O EquipHos desenvolve, a partir das necessidades levantadas no hospital, o equipamento apropriado a um baixo custo, e com alto grau de eficiência, já que quem produz está perto de quem consome.

O conceito de reabilitação é entendido como uma coordenação de disciplinas diversas. Implica, portanto, no trabalho

coordenado de enfermeiros, médicos, instrutores, psicólogos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais, enquanto equipes interdisciplinares. O objetivo é a recolocação do indivíduo que deve ser aceito por sua comunidade de origem, se possível em atividade econômica produtiva.

Um centro de criatividade procura permitir ao paciente a autodescoberta de suas potencialidades.

A cirurgia é recurso utilizado com o objetivo de devolver ou permitir o movimento, sem a preocupação com as formas estéticas consideradas normais. A preocupação é com o direito do paciente de ir e vir.

De Deneuve à Viúva Porcina

MARIA LÚCIA SIGMARINGA

Quem assistiu às apresentações do Ballet Bolshoi no Teatro Nacional viu um espetáculo duplamente interessante: primeiro, porque pôde ver «de cadeira» as demonstrações técnicas e artísticas do corpo de baile mais famoso do mundo. Segundo, porque presenciou a um outro espetáculo, fora do palco, não tão bonito mas quase tão divertido — o desfile de uma minoria de pessoas de Brasília que pôde pagar Cz\$ 1.400,00 para assistir às apresentações do Lago dos Cisnes e Spartakus.

No dia da estréia, a impressão que se tinha era a de estar entrando no Itamarati, na noite da posse do presidente José Sarney. Vários ministros como Aureliano Chaves, das Minas e Energia e Dilson Funaro, da Fazenda, disseram «presente». Como não poderia deixar de ser, o presidente em exercício, na época, deputado Ulysses Guimarães, também compareceu e, acreditem se quiser, até o deputado Mário Jurana estava lá.

Na noite do encerramento, as pessoas começaram a chegar bastante cedo, como com medo de não encontrar um bom lugar para estacionar seus Monzas, Escorts, Santanas, Del-Reys e outros carros do ano. Quem prestou atenção às placas dos carros estacionados certamente notou a grande quantidade de automóveis de fora, principalmente de Goiânia e Anápolis. Isso sem falar nos carros oficiais. Pois é, os goianos estão começando a apreciar as «coisas belas da vida» e os nossos políticos continuam com o velho hábito de passear de carro oficial.

Dentro do Teatro, o que chamava mais a atenção era provavelmente a mistura de estilos nos «modelitos» das senhoras, que ia desde o clássico da atriz Catherine Deneuve até o cafona-chic da viúva Porcina, da novela Roque Santeiro. As maquiagens muito bem feitas passavam a impressão de que as mulheres queriam dividir com as bailarinas russas o brilho da noite.

Mas, como toda festa que se preza, a apresentação do ballet russo no Teatro Nacional também teve seus «penetras». Quando as luzes começaram a piscar, alertando para o início do espetáculo, algumas pessoas vestidas de jeans e camiseta surgiram de algum «buraco», na lateral do palco do Teatro Nacional.

Às 9h20 as luzes se apagaram definitivamente e o espetáculo tão esperado (o do palco) começou, cheio de pas de deux e solos magníficos, que provocaram aplausos a cada cinco minutos de dança. E os russos gostaram de ser aplaudidos, pois interrompiam os atos para agradecer a manifestação tão calorosa do público.

Na saída, todos estavam satisfeitos com o que viram e ninguém reclamou do preço tão alto, pois acharam que o espetáculo mereceu. Afinal, cenários e roupas tão arrojadas devem custar muito caro — era o que passava pela cabeça dos espectadores. Mas quem não achou muito justo o preço dos ingressos da Sala Villa-Lobos foram os próprios bailarinos pois, já que ganham apenas US\$ 15,00 por apresentação, acharam que não havia necessidade dos bilhetes custarem tanto.

O Paraíso Vai à Classe Operária!

BOLSHOI, AGORA COM SABOR BRASIL

Irresponsabilidade

Cada povo tem realmente o governo que merece. É incrível como as pessoas presentes ao "pout-pourri" do Ballet Bolshoi no Ginásio de Esportes não tomaram qualquer providência para exigir que fossem punidos os responsáveis pela venda da avalanche de ingressos que superlotou as arquibancadas do Ginásio.

Chegando à rampa de acesso às arquibancadas, já se podia notar que o chão estava abalado, pois numa estrutura preparada para receber no máximo 25 mil pessoas, havia no mínimo 30 mil. A empresaria Tamara Taizline, responsável pela vinda do Bolshoi ao Brasil, disse que ingressos foram falsificados, mas ninguém chegou a ver nenhuma dessas falsificações e nem a empresaria levou adiante a sua denúncia.

As pessoas mais esclarecidas foram à Administração do Ginásio reclamar, exigindo seu dinheiro de volta, já que o que estava acontecendo era questão de segurança pública. Depois de muita briga, apareceu um guarda para resolver o problema. Ele justificou a superlotação do Ginásio de Esportes como um fato que sempre acontece em Brasília e a única coisa que poderia fazer era abrir o portão de acesso às cadeiras de setor. Ou seja, em vez de tirar gente de lá de dentro, aumentaram ainda mais o número de pessoas sujeitas a uma tragédia que poderia ter acontecido caso a construção desabasse. E o pior é que as pessoas aceitaram. Isto sem falar que os espectadores que pagaram Cz\$ 350,00 não devem ter gostado nada de saber que aqueles que pagaram Cz\$ 50,00 assistiram ao espetáculo do mesmo lugar que eles.

Resta perguntar às autoridades se nada vai ser feito para punir os responsáveis pela «quase tragédia» ou, pelo menos, para impedir que fatos como este voltem a acontecer.

O Balé Bolshoi conheceu o Brasil! Ao contrário de suas apresentações anteriores no Teatro Nacional, o público que lotou o Ginásio de Esportes vaiou como se estivesse vendo uma partida da Seleção Brasileira de futebol, se uniu protestando contra a desorganização como uma passeata, passou muito calor, esquentou o espetáculo com sua participação e como num programa do Chacrinha, teve até guerra de auditório, com o pessoal que estava na frente do palco e o pessoal que estava atrás competindo em aplausos. No final das contas, todos saíram podendo dizer que, bem ou mal, tinham assistido ao Balé mais famoso do mundo.

Na entrada, antes de começar a exibição, ainda se encontrava ingressos para as arquibancadas pelo preço oficial, cinquenta cruzados. Talvez estes ingressos tenham sido reutilizados, voltando das bilheteria para novos compradores e ajudando a superlotar o Ginásio. A classe média aproveitava o final de tarde do Dia das Mães para ver o grande espetáculo, usando suas melhores roupas, nos rostos as maquiagens pesadas e noturnas mostravam que o momento era especial.

Os jornais locais estimaram o público em 25 mil pessoas, mas um dos organizadores da vinda da banda Blitz no mesmo Ginásio de Esportes dizia que com a quantidade de pessoas sentadas atrás do palco, sem a mínima visão, o público deveria ser de pelo menos 30 mil pessoas.

O público que estava atrás do palco também queria ver o espetáculo e começou a vaiar e gritar «abaixa a cortina». As vaias duraram cerca de vinte minutos, abafando o som do play-back até que as cortinas foram abaixadas e esta parte da plateia pôde ver os bailarinos, mesmo que de costas.

Os gritos e as vaias não eram compreensíveis para os bailarinos russos, uma dançarina que estava se aquecendo atrás do palco acompanhava com o corpo o ritmo dos protestos. Brazil is exotic, certamente.

As vaias, que poderiam ser interpretadas como reação da classe média de um país capitalista do Terceiro Mundo aos bailarinos da União Soviética, deram lugar à marchinha «o povo, unido, jamais será vencido». Mais isto não foi uma vitória dos comunistas, como poderiam supor os mais ingênuos, apenas significava que uma grande parte do público se uniu e agora conseguiu ver o espetáculo.

Se o público não tinha grandes conhecimentos de balé, a apresentação em forma de pout-pourri, sem uma sequência das ações, tornou o espetáculo monótono e de difícil compreensão. Passos mais elaborados não eram notados, um número que lembrava nossas danças de festas juninas teve grande repercussão e a empatia da plateia, assim como os solos e as acrobacias dos dançarinos fizeram muito sucesso.

Quem se contentava em ver simplesmente uma prova de solo de ginástica olímpica, saiu satisfeito.

Os bailarinos perceberam o grande público atrás do palco e quando terminavam suas apresentações, viravam-se, saudando aquela parte da plateia e ganhando muitos aplausos. Assim começou o programa do Chacrinha e a disputa em aplaudir mais e mais, mesmo não concorrendo a nenhum bacalhau ou abacaxi.

No final do espetáculo, o público pedia bis. Mas os bailarinos por não entenderem ou não estarem acostumados com uma plateia tão participativa acenavam se despedindo.

Na saída, uma velhinha mostrava orgulhosa as mãos vermelhas e doloridas de tanto aplaudir, enquanto outra senhora comentava que a sua filha tinha começado a aprender ba. é, pena que parou...

FERNANDO DE FREITAS